



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2026
Numeração Compras.gov: Nº 90001/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO

DATA DE ABERTURA: 21/05/2025

HORÁRIO: 10:00 horas (horário de Brasília/DF).

SESSÃO PÚBLICA: Será realizada através do Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 200040

VALOR TOTAL MENSAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 24.574,07 (vinte e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro reais e sete centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Valor Global Mensal

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, através de seu Pregoeiro, instituído pela Portaria PR/MS nº 47, de 13.3.2024, do Senhor Procurador-Chefe, de conformidade com o Procedimento de Gestão Administrativa MPF PR/MS nº 1.21.000.001996/2024-71, comunica aos interessados que fará realizar licitação do tipo menor preço, sob a modalidade de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/21 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

I – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação do seguinte serviço de natureza contínua: copeiragem para atendimento da PRMS e PRM's, conforme especificações constantes nos Anexos deste Edital.

1.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto contidas no COMPRAS e as constantes neste Edital, prevalecerão as constantes neste Edital.

1.3. São partes integrantes deste Edital:

- a) Especificação do objeto – Termo de Referência (Anexo I);
- b) Modelo de declaração de regularidade com a Resolução nº 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público (Anexo II);
- c) Modelo de declaração de sustentabilidade socioambiental (Anexo III);
- d) Modelo de declaração de vistoria (Anexo IV);
- e) Modelo de declaração de conhecimento (Anexo V);
- f) Modelo de declaração de inexistência de trabalho escravo, não exploração de trabalho infantil e não discriminação (Anexo VI);

g) Modelo de declaração por não ultrapassar a receita bruta máxima admitida para enquadramento como EPP, no exercício, em contratos firmados com a Administração Pública (Anexo VII).

h) Minuta de Contrato (Anexo VIII);

i) Minuta de Termo de Cooperação Técnica, referente à conta depósito vinculada (Anexo IX).

II – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Pessoa física e Microempreendedor Individual;

2.6.3. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.5. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. Sociedades cooperativas

2.6.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o subitem 2.6.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A vedação de que trata o subitem 2.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

III – DA IMPUGNAÇÃO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados por forma eletrônica, exclusivamente pelo e-mail PRMS-licitacao@mpf.mp.br.

3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

3.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

4.3.2. Que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

4.3.3. Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

4.3.4. Inexiste impedimento à sua habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

4.3.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.3.6. Está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

4.3.7. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

4.3.8. Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

4.3.9. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta, e obedecerá às seguintes regras:
- 4.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- V – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor global mensal;
- 5.1.2. Descrição do objeto, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. O licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

VI – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global mensal**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.18.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2. Empresas brasileiras;

6.18.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

VII – DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

d) Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU, no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>;

e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

7.1.1. As consultas aos cadastros referidos nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e” podem ser supridas por meio da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), em conjunto com a Certidão Negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) (<https://certidoes.cgu.gov.br/consulta-inicial>)

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, a proposta será recusada, por falta de condição de participação do licitante.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciada a verificação da conformidade da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

7.5. Encerrada a análise das condições de participação do licitante, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos itens 7.11, à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

7.6. Verificada a conformidade, o pregoeiro deverá convocar o licitante que tenha apresentado o melhor preço a negociar para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.6.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.6.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de, **no mínimo, 2 (duas) horas**, envie a proposta **conforme modelo disponível no Anexo II do Termo de Referência deste Edital** adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.7.1. A proposta deverá ser decomposta conforme Anexo II do Termo de Referência deste Edital seguindo as orientações de preenchimento constantes dos Item 9.5 – ***Critérios de aceitabilidade de preços e formação de custos*** do Termo de Referência (Anexo I).

7.7.2. Na apresentação da proposta ajustada, os valores de cada um dos itens não poderão ser superiores aos valores referenciados no Termo de Referência, no entanto poderão sofrer redução de acordo com o lance oferecido no pregão.

7.7.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

a) por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

7.7.4. Os valores propostos deverão conter, no máximo, dois algarismos após a vírgula, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.

7.7.5. Junto à proposta adequada, a empresa deverá apresentar:

a) As planilhas de custos e formação de preços (Planilhas constantes do Anexo II do Termo de Referência deste Edital), devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com os modelos anexos a este instrumento convocatório;

a.1) **Com objetivo de otimizar a verificação dos cálculos da planilha de custos e formação de preços, a mesma deverá ser enviada em arquivo de formato editável (a partir do preenchimento das Planilhas**

disponíveis no Anexo II do Termo de Referência deste Edital), compatível com aplicativos de edição de planilhas, acompanhado do documento em PDF.

b) Comprovação, por meio de documento hábil, do índice do FAP (Fator Acidentário de Prevenção) relacionado na planilha;

c) Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta (Acórdão 1207/2024 – TCU – Plenário);

d) Declaração de regularidade com a Resolução nº 172/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (Anexo II);

e) Declaração de sustentabilidade socioambiental (Anexo III);

f) Declaração de vistoria (Anexo IV) ou Declaração de conhecimento (Anexo V);

g) Declaração de inexistência de trabalho escravo, não exploração de trabalho infantil e não discriminação (Anexo VI);

h) Declaração por não ultrapassar a receita bruta máxima admitida para enquadramento como EPP, no exercício, em contratos firmados com a Administração Pública (Anexo VII).

i) Declaração de instalação/manutenção de escritório na cidade de Campo Grande/MS.

i.1) Caso já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

7.7.5.1. A empresa deverá declarar na sua proposta qual a modalidade de garantia será prestada para a execução do futuro contrato, dentre as modalidades previstas no § 1º do Art. 96 da Lei nº 14.133/21.

7.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 4.4 deste edital.

7.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.10.1. Contiver vícios insanáveis;

7.10.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.10.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.10.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.10.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.11. É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.11.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.11.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.11.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.12. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.13. O pregoeiro poderá comunicar a todos, mediante *chat*, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta quando da convocação para o diálogo, inclusive, quanto à solicitação da proposta ajustada, após a fase de lances, antes da abertura do prazo, constante no item 7.7. **A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, poderá ser desclassificada ou inabilitada, inclusive no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.**

7.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.16. Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

VIII – DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#). Sendo a seguinte documentação:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.1.1.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.1.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.1.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias da emissão;

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação;

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando:

b.1) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.2) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual estimado da contratação;

b.3) Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, no mínimo.

8.1.3.1. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

8.1.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.1.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

a) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

a.1) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

b) Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

b.1) Para fins da comprovação da qualificação, será exigido atestado de capacidade técnica que comprove a prestação dos serviços, **por período não inferior a três anos**, conforme previsto no subitem 10.7 do Anexo VII A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **observado o quantitativo mínimo de 2 postos de trabalho no período**.

b.1.1) Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

b.1.2) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

b.1.3) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

b.1.4) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

b.1.5) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

b.1.6) A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8.2. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, *parágrafo único*).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, **no mínimo, 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. O pregoeiro poderá comunicar a todos, mediante *chat*, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta quando da convocação para o diálogo, inclusive quanto à solicitação da documentação referidos no item 8.12.1. **A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, poderá ser desclassificada ou inabilitada, inclusive no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.**

8.12.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;
- b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Quanto à contagem do aludido prazo, será da divulgação do resultado da fase de habilitação. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.18.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.19. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias quanto a erros encontrados ou que apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pela licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação do pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

IX – DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderão ser solicitados por meio do endereço eletrônico PRMS-licitacao@mpf.mp.br.

X – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023, que “Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União”.

10.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.2.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.2.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.2.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.2.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.2.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.2.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

10.2.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.2.5. Fraudar a licitação;

10.2.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.2.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.2.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

10.2.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#);

10.3. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.3.1. Advertência;

10.3.2. Multa;

10.3.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.4.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.5. A multa será recolhida em percentual de 3% a 15% incidente sobre o valor anual do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.5.1. Para as infrações previstas nos itens 10.2.1 e 10.2.2 a multa será de até 3% do orçamento estimado da licitação.

10.5.2. Para as infrações previstas no item 10.2.3 a multa será de até 6% do valor do anual contrato licitado.

10.5.3. Para as infrações previstas nos itens 10.2.4, 10.2.5, 10.2.6, 10.2.7 e 10.2.8, a multa será de 12% do valor do contrato anual licitado.

10.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade pelos seguintes prazos:

10.8.1. Para as infrações previstas nos itens 10.2.1 e 10.2.2 o prazo será de 03 (três) meses.

10.8.2. Para as infrações previstas no item 10.2.3 o prazo será de 12 (doze) meses.

10.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.2.4, 10.2.5, 10.2.6, 10.2.7 e 10.2.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

10.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela PRMS, descrita no item 10.2.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

10.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

XI – DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

11.1. A licitante vencedora estará obrigada a:

a) executar todos os serviços solicitados em estrita conformidade com as especificações exigidas no Anexo I, e na Minuta do Contrato (Anexo VIII) deste Edital;

b) não possuir registro no Cadin – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal quando realizada a consulta prévia para a assinatura do Contrato. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a assinatura do Contrato.

c) assinar o Contrato, de forma digital, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da convocação, acessando o link: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

c.1) para assinatura digital do contrato, a licitante vencedora, caso não possua, deve realizar cadastro para conta gov.br, nível ouro ou prata, por meio do link: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/conta-gov-br/conta-gov-br/>

c.2) o prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela PRMS.

d) deverá apresentar declaração de que instalará escritório na cidade de Campo Grande/MS, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

e) manter-se, durante a vigência da contratação, compatível com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para celebração do presente instrumento, na forma do [art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021](#);

f) aceitar, nas mesmas condições da contratação, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em conformidade com [art. 125 da Lei nº 14.133/2021](#).

XII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico, Compras.gov.br, e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

12.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos para o envio de informações e documentos solicitados (via chat ou pela convocação de anexo via sistema), desde que o licitante solicite e fundamente o pedido de prorrogação, antes de findo o prazo original, e que os argumentos sejam aceitos pelo pregoeiro.

12.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://apps.mpf.mp.br/apps/r/transparencia/sa_transparencia/licitacoes.

12.12. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede desta PR/MS, onde constam todos os seus documentos e todas as planilhas de preços preenchidas, expressando a composição de todos os custos unitários, que auxiliam na estimativa de preços para a pretensa contratação.

12.13. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

(Assinado digitalmente)
Heverson Gomes Pereira
Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas – PR/MS

PGEA N° 1.21.000.001996/2024-71

ITEM	DESCRIÇÃO	LOCAL	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL ESTIMADO
1	Prestação de serviço de copeiragem, com dedicação exclusiva de mão de obra (CBO 5134-35) e fornecimento de todos os equipamentos e insumos necessários (gêneros de alimentação, materiais de limpeza e utensílios de	Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) - Sede em Campo Grande	Posto	1	R\$ 6.201,85
		Procuradoria da República no Município de Dourados	Posto	1	R\$ 6.092,21
		Procuradoria da República no Município de Três Lagoas	Posto	1	R\$ 6.148,44

1.214/2013 TCU – Plenário, item 9.1.16, e Parecer CORAG/SEORI/AUDIN - MPU nº 085/2011.

1.6. Prazo de vigência

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, dada a natureza contínua do serviço.

1.8. Todos os custos amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser ajustados na planilha de custos a partir do 13º mês.

1.9. Destacadamente, citam-se como custos amortizados no primeiro ano o aviso-prévio trabalhado e o aviso prévio indenizado, que após esse período deverão ser reduzidos para 10% da provisão original, e quaisquer outros que sejam pagos integralmente no decorrer do primeiro ano.

1.10. Início da prestação dos serviços

O início da execução dos serviços, que compreende a alocação da mão de obra e a disponibilização inicial de todos os produtos, equipamentos e utensílios nas unidades da Contratante, deverá ocorrer em 15 (quinze) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço pela Contratante, a ser expedida após a assinatura do contrato, prazo este destinado à mobilização e logística inicial.

2. PLANO DE CONTRATAÇÕES E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

2.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, cadastrada no Sistema de Gestão Administrativa (SGA), conforme consta no expediente PGR-00483327/2024, Etiqueta SGA PCA-2025 nº PR-MS-D0019/24.

2.2 A contratação alinha-se estrategicamente ao objetivo de fomentar um ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável (Objetivo Estratégico 7 do Mapa Estratégico 2024-2027 do MPF, previsto na Portaria PGR/MPF nº 843/2024), promovendo a produtividade, urbanidade e o bem-estar de membros, servidores e cidadãos.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul (MPF/MS), na qualidade de instituição essencial à função jurisdicional do Estado no que lhe compete, atende diariamente um público diversificado, composto por membros, servidores, estagiários, colaboradores e os cidadãos que buscam os serviços do Ministério Público Federal.

3.2. A presente contratação para provimento de bebidas quentes (café e chá) visa a assegurar um adequado ambiente de trabalho e atendimento que promovam a urbanidade, o conforto mínimo e o bem-estar.

3.3. A disponibilização desse tipo de bebida é amplamente adotada em órgãos públicos e privados do país, sendo uma necessidade institucional que se apoia em aspectos culturais, sociais e de produtividade do ambiente de trabalho.

- 3.4. Sob a perspectiva do interesse público, a disponibilidade contínua de café e chá de qualidade nas dependências da Procuradoria justifica-se pelos seguintes termos:
- a. Melhoria do atendimento ao cidadão: a oferta de uma bebida quente em salas de espera ou durante reuniões com o público externo (advogados, jurisdicionados, partes processuais) contribui para humanizar o atendimento.
 - b. Apoio à produtividade interna: o café e o chá são elementos tradicionais e universalmente aceitos como facilitadores de reuniões de trabalho, promotores do estado de concentração mental e integradores sociais. Além disso, a contratação de serviço especializado desembaraça os servidores que acabam dividindo seu tempo de trabalho para o preparo do café, permitindo que se dediquem apenas às suas atividades fim.
 - c. Higiene e segurança no trabalho: a contratação de um serviço especializado garante o fornecimento de insumos padronizados e de qualidade controlada, evitando a improvisação e a presença excessiva de máquinas particulares, com impacto para a rede elétrica, de modo a promover um ambiente mais seguro quanto aos aspectos estruturais e sanitários.
 - d. Também se justifica a contratação por se tratar de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios que não são abrangidos entre os cargos vigentes e atividades do órgão, devendo ser terceirizados a empresas do ramo por meio de contrato de execução indireta, celebrado após o devido processo licitatório.
- 3.5. A contratação de empresas especializadas para o desenvolvimento de tais atividades é a regra no serviço público, com lastro legal, técnico e jurídico, tendo por objetivo proporcionar maior eficiência na gestão e aproveitamento de recursos públicos.
- 3.6. Atualmente, a PRMS não dispõe de serviços contratados para o atendimento da demanda. Também não há no quadro de pessoal funcionários designados para esse fim.

4. ADEQUAÇÃO AOS NORMATIVOS APLICÁVEIS

- 4.1. A contratação será regida pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 4.2. Os serviços de copeiragem são classificados como serviços de natureza continuada pela Instrução Normativa SG/PGR nº 1/2018, item LXIV.
- 4.3. Ainda no âmbito do MPF, a Instrução Normativa SG/PGR nº 2/2019 estabelece que tais serviços, quando contratados, serão sob o regime de execução indireta (art. 4º, III), com dedicação exclusiva de mão de obra, e atendendo a um limite quantitativo estipulado no seu Anexo IV, entre outras determinações.
- 4.4. Os postos propostos neste estudo atendem aos critérios qualitativos e quantitativos da IN SG/PGR nº 2/2019, que estabelece a quantidade máxima de 1 posto para cada 50 pessoas nas Procuradorias da República e de 1 posto para cada Procuradoria no Município.
- 4.5. Além da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se à proposta de contratação pelo menos os seguintes normativos, no que couber:
 - a. Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
 - b. Decreto Federal nº 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, no que couber, nos termos do Parecer Audin-MPU/Seori nº 575/2019;

Assinador: oadijg9ah eonghaapoprEWTFPSONGS0MSESUPRRMR7/04/2020572020.1BA98.v8ai8i1varifia1eateatatu1dndécadeseacesse
http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave bd4850f1.e786fa0a.5883844f.e9992763

5.25. Rotina e especificações do serviço

5.26. A realização dos serviços basear-se-á na seguinte rotina, a ser cumprida pelo profissional alocado pela Contratada:

a) Diariamente:

- Preparar café e água quente para o chá, em horários preestabelecidos e disponibilizar em pontos de apoio e copas;
- Servir café, chá, água e outras bebidas em reuniões ou eventos, quando houver, e sempre que solicitado;
- Recolher, das salas, a louça utilizada para servir as bebidas, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos;
- Ao servir água, fazer uso de porta-copos como suporte e cobertura dos copos;
- Disponibilizar água em jarras e garrafas térmicas com café e chá ou outras bebidas nas copas privativas e demais locais em que se fizer necessário.
- Proceder à reposição de copos descartáveis nos devidos suportes, quando houver;
- Lavar todos os utensílios da copa, como talheres, copos, pratos, xícaras, bandejas, etc., com emprego de detergentes biodegradáveis e uso de esponja e pano de limpeza macios para que não produzam qualquer tipo de arranhão ou dano à peça a ser limpa;
- Recolher, lavar e disponibilizar diariamente os recipientes utilizados pelos usuários do órgão para as bebidas, conforme orientado pela fiscalização;
- Limpar bancada, pia, parte externa dos bebedouros e as mesas no interior das copas, nos intervalos de preparo das bebidas.
- Manter o piso seco, objetivando evitar acidentes;
- Limpar os móveis e equipamentos, como mesas, armários, carrinhos, fogões, cubas, bancadas, utensílios de copa, com produtos apropriados, sempre que necessário;
- Descartar o lixo da copa em sacos plásticos acondicionados em recipientes providos de tampa. Este lixo será recolhido por um funcionário da equipe de limpeza e conservação;
- Lavar os panos de prato e de limpeza, utilizados na realização das atividades;
- Abastecer e limpar máquinas elétricas de preparação de bebidas, como café, quando houver;
- Executar outras tarefas da mesma natureza e grau de complexidade atinentes à função.

b) Semanalmente:

- Lavar ou limpar, desinfetar e higienizar as pias, sifões, torneiras, móveis, armários e outros, assim como carrinhos e eletrodomésticos, a exemplo de geladeira, máquina de fazer café e microondas, fazendo uso de pano macio e produtos adequados a cada tipo de material e não prejudiciais à saúde humana, conservando-se o mais rigoroso padrão de higiene, arrumação e segurança.
- Executar outras tarefas da mesma natureza e grau de complexidade atinentes à

c) Sempre que necessário:

- ## 6. UNIFORMES E INSUMOS

6.2. Uniformes

Item	Especificação do uniforme	Quantidade anual	Frequência de troca
1	Calça comprida, modelo social, na cor preta	4	Semestral
2	Camisa polo ou social, manga curta, na cor branca, confeccionado em tecido 100% natural de algodão ou linho ou em sintético sem retenção de odor, com identificação da empresa	4	Semestral
3	Agasalho/casaco com logotipo da empresa	1	Anual
4	Touca em rede (tipo filó), na cor preta	12	Mensal
5	Avental longo, em tecido, protegendo a camisa e a calça, cor preta	2	Semestral
6	Avental longo, em plástico, protegendo a camisa e a calça, cor neutra	1	Anual
7	Luva térmica	4	Semestral

[illegible]

controle para fins de pagamento. Contudo, ao fiscal técnico permanece a obrigação de acompanhar os quantitativos utilizados de modo a verificar a adequação da estimativa e o correto fornecimento.

6.16. A relação básica de materiais de consumo a serem fornecidos mensalmente pela Contratada está na tabela abaixo e também na planilha de composição de custos:

6.17. **Quadro de insumos: materiais de limpeza - quantidade mensal de consumo estimada para as unidades:**

Item	Descrição - unidade de medida	PRMS - CG	PRM DOU	PRM TL	PRM COR	Quant . Total
1	Água sanitária – unidade com embalagem de 2 litros	1	1	1	1	4
2	Álcool comum - frasco 500 ml	2	2	1	2	7
3	Balde 10 litros - un	0,16	0,16	0,16	0,16	0,64
4	Coador de pano para café - un	3	3	2	2	10
5	Detergente líquido biodegradável neutro para lavagem de louças em geral – frasco com 500ml	15	13	5	6	39
6	Esponja de lã de aço - pacote com oito unidades	1	1	1	1	4
7	Esponja dupla face - un	12	12	4	6	34
8	Escova de nylon manual com cerdas duras para pia - un	0,25	0,25	0,25	0,25	1
9	Flanela branca - un	2	2	2	2	8
10	Limpador multiuso tipo Veja - frasco	2	2	1	1	6
11	Luvas de borracha - par	2	2	2	2	8
12	Pano de chão - un	3	3	2	2	10
13	Pano de prato em algodão - un	6	4	2	2	14
14	Produto tipo sapólio cremoso - un	1	1	0,5	0,5	3

Assinador(a) do(a) **emgghhaapopr** **INSTRUTORES DO SUPREMA704/2026512936.15a08_vvrfilvarifiatentautadacdadecaeasse**
http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave **b84e838f1c2786fe9d3.53228044e.f9923763**

- ### 6.21. Gêneros de alimentação

6.23. Diferentemente do que acontece com os produtos de limpeza, os gêneros alimentícios serão remunerados **sob regime de pagamento por quantidade entregue no mês**, somado à fatura do mês subsequente ao executado, conforme este Termo de Referência.

6.25. Quadro de insumos: produtos alimentícios - relação de quantidade para as unidades:

Item	Especificação dos gêneros alimentícios para copeiragem - unidade de medida	PRMS - CG	PRM DOU	PRM TL	PRM COR	Quant. Total
1	Açúcar tipo cristal, coloração branca, pacote de 2 kg, sem impurezas. Marcas de referência: Sonora, União - pacote.	6	4	1	1	12
2	Adoçante dietético, em frasco com conteúdo líquido mínimo de 60 ou 65 ml. Composto de xilitol, sucralose, eritritol, taumatina ou stévia. Sem parabenos. Marcas de referência: Finn, Línea, Zero-Cal e Adocyl - frasco.	5	2	1	1	9

	aço inoxidável, capacidade de 1,8 litro					
4	Jarra para água, fabricada em aço inoxidável, com tampa também em inox, capacidade de 1,8 a 2 litros.	4	7	5	3	19
5	Xícara de café, fabricada em porcelana branca, livre de imperfeições, formato cilíndrico, capacidade de 60 ml, acompanhada do pires do conjunto. Modelo de referência: Porcelana Schmidt, Brasília 228.	160	96	56	56	368
6	Xícara de chá, fabricada em porcelana branca, sem imperfeições, formato cilíndrico, capacidade de 200 ml, acompanhada do pires do conjunto. Modelo de referência: Porcelana Schmidt, Brasília 228.	18	30	40	30	80

6.48. Os itens do quadro acima são considerados materiais de consumo em razão do desgaste do uso e de sua fragilidade, em consonância com a classificação do Manual Siafi 339030-21, e permanecerão com a Contratante ao final do contrato.

6.49. Todos os produtos deverão ser fornecidos novos, na caixa, em até 15 dias do início da prestação dos serviços.

6.50. Os utensílios serão fornecidos na quantidade e qualidade informadas no quadro 6.47 no prazo informado no item anterior.

6.51. Utensílios descartáveis

Além dos utensílios, a empresa deverá fornecer copos plásticos descartáveis, conforme a estimativa do quadro a seguir:

6.52. Quadro - materiais de consumo de copa e cozinha - copos descartáveis - distribuição dos quantitativos

e) O Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

- 7.4. A empresa a ser contratada também deverá cumprir durante a execução do contrato a obrigação de cota de gênero e raça entre os funcionários alocados, conforme dispõe a IN SG/MPF 2/2019 da seguinte forma:

- Gênero: manter o equilíbrio entre homens e mulheres, preservando o mínimo de 50% de profissionais do sexo feminino no quadro alocado para a Contratante;
- Raça: manter o percentual mínimo de 20% de profissionais negros no quadro alocado para a Contratante, devendo 50% deles ser mulheres;

7.6. A fim de atender a critérios de sustentabilidade no eixo econômico, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs na forma dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/06.

a) Treinar e orientar seus funcionários sobre a correta separação de resíduos sólidos (coleta seletiva) e a adoção de medidas de economia e uso racional de água e energia elétrica, conforme as políticas internas da Contratante.

b) Garantir que os materiais de limpeza (saneantes domissanitários) fornecidos sejam biodegradáveis quando possível e que sejam sempre registrados ou certificados junto aos órgãos competentes (ANVISA).

c) Utilizar recipientes e embalagens ecologicamente adequados, priorizando embalagens retornáveis e materiais com menor impacto ambiental.

d) Assumir a responsabilidade pela Logística Reversa das embalagens e resíduos gerados pelo fornecimento de insumos, conforme a legislação vigente, promovendo a destinação final ambientalmente adequada.

7.8. A Contratada deverá zelar pela adoção dessas práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços na execução contratual, incluindo política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua correta destinação, conforme Decreto nº

7.9. Além disso, a Contratada deverá atender aos seguintes aspectos pertinentes à sustentabilidade no ambiente de trabalho:

- ## 7.10. Subcontratação

7.11. Consórcio

7.12. Sociedades Cooperativas

7.13. Garantia da Contratação

- Assinada por:** eonghaapoprñwvfr8ON6S0MBSUPRRMR7/04/2020572930.1Pa08.vPaiãlvarificatœatœutdœadœcadœeacessœ
Chave: b8d85f681.e786fa68.5882844fe.f9923763

- 7.20. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 7.21. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 7.22. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 7.23. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 7.24. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 7.25. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 7.26. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
 - a. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - c. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.
- 7.27. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 7.28. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 7.29. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 7.30. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 7.31. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas

contratuais.

- 7.32. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 7.33. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 7.34. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 7.35. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 7.36. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 7.37. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 7.38. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 7.39. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 7.40. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 7.41. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 7.42. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.
- 7.43. **Vistoria**
- 7.44. A realização de vistoria prévia aos locais de execução dos serviços é facultada aos licitantes. Caso a empresa opte por não realizá-la, deverá apresentar declaração na forma do item 7.47.
- 7.45. À empresa que realizar a vistoria, que deverá ser previamente agendada com a Administração, será fornecido atestado em que constará a identificação da empresa (Razão

7.61. Para formação do preço, o licitante deve observar ainda as condições presentes nos itens 12.3- Critérios de aceitabilidade de preços e formação de custos e 13 - Estimativa do Valor da Contratação, que tratam de temas como o preenchimento da planilha, valor mínimo admitido para salário e auxílio alimentação e do valor máximo aceito para a contratação.

Os procedimentos de transição e finalização do contrato, devido às características do objeto, resumem-se ao previsto a seguir:

- ## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- [illegible]

9.6. Preposto

- 9.7. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 9.8. O preposto será responsável pelos serviços e terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- 9.9. O Contratado deverá manter preposto da empresa em Campo Grande para fins de tratativas com a Administração, não consistindo em mão de obra alocada ou exclusiva.
- 9.10. A exigência justifica-se pela necessidade de o preposto supervisionar os serviços e orientar os empregados, o que não pode ser feito a distância. Por isso não serão aceitos prepostos residentes em outros Estados.
- 9.11. Para as unidades do interior, não é necessária a indicação de um preposto que more em cada cidade, mas ele deve orientar a implementação dos serviços, fazendo-se presente no início da execução, deve fazer o acompanhamento da execução ao longo do contrato, responder às demandas da fiscalização e se deslocar, por conta da empresa, para atendimento em cada localidade, segundo a programação prévia ou sempre que se fizer necessário.
- 9.12. Poderá ser indicado mais de um preposto para a presente contratação.
- 9.13. O Contratante poderá recusar, justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.
- 9.14. A Contratada deverá cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas sobre a execução dos serviços;
- 9.15. O preposto deverá realizar visita com a periodicidade mínima de uma vez por mês na sede do órgão em Campo Grande e a cada seis meses nas unidades do interior do Estado, com o fim de supervisionar a prestação dos serviços e de prestar e recolher informações junto à Contratante, devendo, na ocasião da visita, apresentar-se ao fiscal local do contrato;
- 9.16. Além da visita periódica, sempre que convocado pelos fiscais do Contrato, o preposto deverá se apresentar no local da prestação de serviços, em qualquer época ou unidade do órgão.

9.17. Rotinas de Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

9.18. Fiscalização Técnica

- 9.19. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 9.20. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

- 9.21. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 9.22. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 9.23. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 9.24. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 9.25. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- a. Acompanhamento do recebimento de materiais;
 - b. Verificação da presença dos postos alocados e do atendimento das demandas; e
 - c. Expedição de relatórios mensais sobre a prestação de serviços e o consumo de insumos.
- 9.26. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 9.27. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 9.28. **Fiscalização Administrativa**
- 9.29. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 9.30. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 9.31. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- a. Verificação mensal do pagamento das verbas e benefícios trabalhistas e previdenciários aos funcionários alocados;
 - b. Encaminhamento à empresa do valor a faturar e do IMR - Instrumento de Medição de Resultado, para conhecimento e apresentação de justificativa;
- 9.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 9.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
- 9.34. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

- 9.34.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 9.34.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
- 9.34.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- 9.34.1.4. Contrato de trabalho;
- 9.34.1.5. Declaração de não parentesco com membros do MPF/MS (conforme Resolução CNMP nº 37, de 28 de abril de 2009), termo de compromisso de acatamento e observância do Código de Ética do MPU (Portaria PGR/MPU nº 98, de 12 de setembro de 2017) e formulário de gênero e raça, segundo os modelos a serem fornecidos para Contratante; e
- Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):
 - 9.34.1.6. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - 9.34.1.7. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;
 - 9.34.1.8. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
 - 9.34.1.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - 9.34.1.10. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;
 - 9.34.1.11. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
 - 9.34.1.12. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - 9.34.1.13. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
 - 9.34.1.14. Documentos comprobatórios do recolhimento das contribuições previdenciárias, como Relatório da Declaração Completa ou resumo do DCTFWeb; Recibo de entrega e DARF quitado com comprovante de recolhimento, além da documentação referente ao FGTS Digital, como o Detalhe da Guia Emitida no FGTS Digital, para conferência dos nomes, bem como outros que possam comprovar a regularidade previdenciária e social da Contratada;

- 9.34.1.15. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e
- 9.34.1.16. Documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974 (Tema 1.118 STF).
- Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
 - 9.34.1.17. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - 9.34.1.18. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - 9.34.1.19. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - 9.34.1.20. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
 - Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 9.34.1.1 a 9.34.1.6 deverão ser apresentados.
- 9.35. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 9.34 no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 9.36. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 9.37. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 9.38. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 9.39. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 9.40. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscips) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 9.41. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 9.42. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 9.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 9.44. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais

sanções.

- 9.45. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 9.46. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 9.47. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 9.48. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 9.49. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 9.50. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 9.51. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 9.52. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 9.53. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

9.54. **Gestor do Contrato**

Cabe ao gestor do contrato:

- a. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da

- 9.70. (i) Anonimizar ou devolver para o Contratante todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;
- 9.71. (j) Não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do Contratante, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;
- 9.72. (k) Caso autorizada a subcontratação, impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;
- 9.73. (l) Não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização do Contratante; e
- 9.74. (m) Registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.
- 9.75. O Contratante pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à Contratada, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.
- 9.76. A Contratada é obrigada a reparar os danos causados ao Contratante e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 10.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo deste Termo de Referência.
- 10.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
 - Não produziu os resultados acordados,
 - Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 10.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 10.4. A fiscalização avaliará, mensalmente, a qualidade da prestação dos serviços objeto do contrato e, quando for o caso, redimensionará o pagamento com base nos indicadores estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo I do presente Termo de Referência.
- 10.5. As ocorrências serão formalmente comunicadas à Contratada.
- 10.6. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a

excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

- 10.7. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação dos serviços em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, serão aplicadas sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no contrato.

10.8. Da medição e do recebimento

- 10.9. Primeiramente, a Contratada deverá enviar à fiscalização, por meio do Sistema de Protocolo Eletrônico, um relatório dos serviços prestados para cada tipo de posto, discriminando o serviço realizado, o período de prestação e as unidades beneficiadas, acompanhado dos documentos relacionados no item 9.34.1.10 a 9.34.1.16 deste Termo de Referência, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, requerendo o pagamento.
- 10.10. A partir do relatório, os fiscais da Contratante verificarão se os serviços prestados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), descrito no Anexo I deste Termo de Referência. Feita a avaliação, readequarão o pagamento aos resultados efetivamente obtidos, efetuando eventuais descontos sobre o valor devido em caso de desconformidade.
- 10.11. A Contratada será comunicada sobre o resultado e o valor a faturar e terá a oportunidade de, querendo, apresentar suas justificativas para as falhas encontradas, que serão apreciadas conforme o item 10.6 deste TR.
- 10.12. A Contratada, então, deverá realizar a emissão das notas fiscais ou faturas conforme o valor dimensionado pela fiscalização.
- 10.13. Serão glosados dos pagamentos mensais os valores correspondentes às ausências de trabalhadores não cobertas por substitutos, considerando-se para cada ausência o valor correspondente a um trinta avos do custo mensal do posto de trabalho, sem prejuízo do direito da Contratante de impor à Contratada o desconto correspondente à aplicação do IMR, bem como as penalidades decorrentes do descumprimento contratual.
- 10.14. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis pelos fiscais técnicos e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 10.15. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 10.16. O fiscal administrativo do contrato elaborará o termo detalhado que comprova o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 10.17. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 10.18. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal, do primeiro ao último dia do mês anterior em que houver vigência contratual e prestação de serviços.
- 10.19. Ao final de cada período de faturamento, para pagamento, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório

Assinada por:  e o/ou a(s) autografo(s) em 14/04/2020. Para a validação da autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 8d8485f1.e786fa6a.5883844f.e9923763

- 10.20. O recebimento provisório será certificado no procedimento de pagamento, com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 10.21. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 10.22. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.
- 10.23. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 10.24. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 10.25. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 10.26. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 10.26.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.
 - 10.26.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
 - 10.26.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 10.26.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 10.27. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 10.28. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto (inclusive envio de documentação) ou no instrumento de cobrança.

- 10.29. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 10.30. Liquidação**
- 10.31. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 10.32. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 10.33. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- O prazo de validade;
 - A data da emissão;
 - Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - O período respectivo de execução do contrato;
 - O valor a pagar; e
 - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 10.34. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 10.35. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.36. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 10.37. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 10.38. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.39. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

10.40. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.41. Prazo de pagamento

10.42. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

10.43. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

10.44. Forma de pagamento

10.45. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

10.46. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.47. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, e também será retido o montante das verbas trabalhistas que devem ser recolhidas em conta-vinculada, na forma do item 10.89 deste TR.

10.48. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.49. Repactuação

10.50. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

10.51. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

10.52. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

10.53. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

10.54. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos

Assinador(a) do(a) documento: e08ghhaapoprñE9TFR8ON6S0M85UPRBRMR7/04/2020572020.1Pa08.vPaifalvarificataeatatutadacadeeaceasse
Chave b6d485df1.e786fa6a.5882844f.e69923763
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>.

- 10.55. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.
- 10.56. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 10.57. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 10.58. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 10.59. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 10.60. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.
- 10.61. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.
- 10.62. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.
- 10.63. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.
- 10.64. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

- 10.65. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

- 10.66. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 10.67. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 10.68. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 10.69. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 10.70. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 10.71. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 10.72. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 10.73. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 10.74. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 10.75. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

- 10.76. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 10.77. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 10.78. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 10.79. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 10.80. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.81. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 10.82. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 10.83. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
- 10.84. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.
- 10.85. **Conta-Depósito Vinculada**
- 10.86. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, e a que se refere a Recomendação CNMP nº 55, de 28 de março de 2017, são as estabelecidas neste Termo de Referência.
- 10.87. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.
- 10.88. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 10.89. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 10.90. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de

suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

- 10.91. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
- 13º (décimo terceiro) salário;
 - Férias e um terço constitucional de férias;
 - Multa sobre o FGTS; e
 - Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 10.92. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.93. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 10.94. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 10.95. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 10.96. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 10.97. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 10.98. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 10.99. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 11.3. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 11.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 11.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 11.6. Multa;

Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15% (quinze por cento) (Artigo 21 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023).

Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

- 11.6.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15%

- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação;

11.7. A partir de 30 dias de mora das obrigações secundárias assumidas, a conduta passa a ser considerada inexecução parcial do contrato (artigo 21, §3º, da Portaria PGR/MPU nº 178/2023).

11.9. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.13. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.15. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

12.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

12.2. Regime de Execução

O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

12.3. Critérios de aceitabilidade de preços e formação de custos

12.4. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada nas Convenções Coletivas de Trabalho nº MS000001/2026 e MR000082/2026 (solicitação de registro), da categoria de asseio e conservação, utilizadas como paradigma:

- a) Salário-base e gratificação, no valor de R\$ 1.748,13; e
b) Auxílio-alimentação, no valor de R\$ 400,00.

12.5. Tendo em vista as peculiaridades da contratação, cabem ainda os seguintes esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais deverão ser observados pelas empresas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços:

12.6. As licitantes deverão apresentar as Planilhas de Custos e Formação de Preços com base em convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva adequada, aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a licitante esteja obrigada, que deverá ser indicada na proposta.

12.7. Sobre o instrumento coletivo do trabalho em que se basear a proposta, com base no Acórdão 1207/2024 – TCU – Plenário, fica estabelecido que:

- a) O licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços uma declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- b) É de responsabilidade da empresa licitante nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021;
- c) É de responsabilidade exclusiva da empresa contratada pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro

- inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.18.1.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 12.18.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.18.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 12.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 12.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 12.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 12.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 12.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 12.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 12.25. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 12.26. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 12.27. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

- 12.28. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 12.29. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando:
- 12.29.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG=	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC=	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 12.29.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesse inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual estimado da contratação; e
- 12.29.3. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação;
- 12.29.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 12.29.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 12.29.6. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

- 12.29.7. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

- 12.29.8. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 12.29.8.1. Para fins da comprovação da qualificação técnica das licitantes, será exigido atestado de capacidade técnica que comprove a prestação dos serviços, por período não inferior a três anos, conforme previsto no subitem 10.7 do Anexo VII A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, conforme disciplinado no edital, observado quantitativo mínimo de 2 postos de trabalho no período.
- 12.29.9. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- 12.29.10. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 12.29.11. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- 12.29.12. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 12.29.13. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 12.29.14. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

- 12.29.15. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas

estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

- 12.29.16. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 12.29.17. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 12.29.18. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.29.19. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. O custo estimado mensal da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 24.574,07 (vinte e quatro mil quinhentos e setenta e quatro reais e sete centavos), conforme os custos apostos na planilha de formação de preços para a contratação, anexa ao edital.
- 13.2. Os valores unitários dos insumos na planilha (uniformes, materiais de limpeza e copa, alimentos, utensílios e equipamentos) devem ser considerados pelos licitantes como valores máximos para cada item. Os valores relacionados à mão de obra, como remuneração, encargos sociais, previdenciários e FGTS, assim como os tributos e taxas, devem ser estimados conforme os normativos legais e os instrumentos próprios aplicáveis.
- 13.3. O valor anual do contrato está estimado em R\$ 294.888,84 (duzentos e noventa e quatro mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos). Em trinta meses, prazo da vigência, o valor global estimado é de R\$ 737.222,10 (setecentos e trinta e sete mil duzentos e vinte e dois reais e dez centavos).
- 13.4. A estimativa de preços, quanto aos custos de mão de obra, foi baseada nas Convenções Coletivas de Trabalho registradas sob os nº MS000001/2026 e MR000082/2026 (solicitação de registro), da categoria de Asseio e Conservação, no âmbito de Mato Grosso do Sul. Para definição dos valores dos insumos, recorreu-se à formação de cesta de preços a partir de diversas fontes no mercado e em banco de preços públicos.

- 13.5. Por unidade do MPF/MS, os valores máximos são os seguintes:

LOCAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL
-------	---------	------------	--------------

Campo Grande, MS (*data da assinatura eletrônica*).

Equipe de Planejamento de Contratação

ANDERSON HONORATO DO NASCIMENTO

Matrícula 26428 - Técnico do MPU/Administração

DANIELA ROCHA RODRIGUES DE ARRUDA

Matrícula 26230 - Técnica do MPU/Administração

ELLEN WANG

Matrícula 25576 - Técnica do MPU/Administração

JANAYNA LAURA SANT ANA MOREIRA

Matrícula 27533 - Técnica do MPU/Administração

RODRIGO PISTORI DE MELLO

Matrícula 23823 - Técnico do MPU/Administração

ANEXO I AO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 01/2025/SECGC
MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

(Avaliação de qualidade dos serviços)

1. AVALIAÇÃO E ACEITE DOS SERVIÇOS

- 1.1 A prestação dos serviços de copeiragem objeto do Termo de Referência nº 01/2020, será avaliada, mensalmente e por categoria, pela fiscalização técnica do contrato;
- 1.2 O presente anexo define os indicadores de avaliação objetiva da qualidade dos serviços prestados;
- 1.3 Todas as ocorrências serão formalmente comunicadas à Contratada;
- 1.4 A tabela 1 discrimina o valor percentual a ser descontado do valor das notas fiscais referentes aos serviços prestados pela Contratada, em função do somatório de pontuação atingida nas ocorrências;
- 1.5 A tabela 2 discrimina a pontuação específica por ocorrência, o somatório total dos pontos e o valor do consequente desconto;
- 1.6 Haverá o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis em cada situação, quando for o caso.

2. TABELAS

Tabela 1

PONTOS	CORRESPONDÊNCIA
01	0,1% sobre o valor total da Nota fiscal/Fatura
02	0,2% sobre o valor total da Nota fiscal/Fatura
03	0,3% sobre o valor total da Nota fiscal/Fatura
04	0,6% sobre o valor total da Nota fiscal/Fatura
05	1,0% sobre o valor total da Nota fiscal/Fatura
06	2,0% sobre o valor total da Nota fiscal/Fatura
07	3,0% sobre o valor total da Nota fiscal/Fatura
08	4,0% sobre o valor total da Nota fiscal/Fatura

10	Descumprimento de determinações e orientações fornecidas pela fiscalização.	Por ocorrência	03	
Somatório de pontos				
(A) Valor total da Nota Fiscal/Fatura				R\$
(B) Valor a ser descontado do valor total da Nota Fiscal/Fatura				R\$
Valor a ser pago (A - B)				R\$



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-MS-00010138/2026 MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA**

Signatário(a): **DANIELA ROCHA RODRIGUES DE ARRUDA**

Data e Hora: **17/04/2026 11:50:39**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JANAYNA LAURA SANT ANA MOREIRA**

Data e Hora: **17/04/2026 13:18:29**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ELLEN WANG**

Data e Hora: **17/04/2026 14:50:49**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ANDERSON HONORATO NASCIMENTO**

Data e Hora: **17/04/2026 17:24:06**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **RODRIGO PISTORI DE MELLO**

Data e Hora: **17/04/2026 18:36:05**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1d48ac11.e25efc63.55510c1f.f9524763

Assinado com login e senha por HEVERSON GOMES PEREIRA, em 04/05/2026 15:08. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave b8ef58f1.c786fa9d.5282844e.e99937c3

ANEXO II AO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 1/2025/SECGC
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COPEIRAGEM PARA O MPF/MS

PLANILHAS DE PROPOSTA

A proposta deverá ser acompanhada da planilha devidamente preenchida, devendo-se preencher uma planilha para cada localidade.

RAMO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL		
UNIDADE GESTORA (SIGLA): MPF/MS	DATA:	01/01/26

Esta planilha de custos e formação de preços já conta com os cálculos estruturados. É necessário que o **licitante preencha apenas os campos em amarelo** nesta aba para sua identificação e nas abas chamadas "INSERÇÃO DE DADOS MÃO DE OBRA", "IN. UNIFORMES", "IN. MAT. LIMPEZA", "IN. ALIMENTOS", "IN. UTENSÍLIOS" e "IN. EQUIPAMENTOS".

PROPOSTA DE PREÇOS PARA OS SERVIÇOS DE COPEIRAGEM

Dados referentes à licitação			
Nº do Processo	1.21.000.001996/2024-71		
Modalidade de Licitação nº (XX/AAAA)	Pregão nº		XX/2026
Data / Horário	XX/XX/20XX		HH:MM

Dados referentes ao licitante	
Razão Social da Empresa:	
CNPJ:	
Nome do responsável pela proposta:	
Cargo (proprietário, sócio, procurador, etc.):	
CPF:	

QUADRO RESUMO DOS VALORES MENSAIS E GLOBAL DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO						
Item	Tipo de Serviço	Local de Prestação de Serviços	Unidade de Medida	Qtde Total de Postos a Contratar	Valor Mensal Unitário do Posto	Valor Mensal dos Serviços (D X E)
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)
1	COPEIRAGEM	Campo Grande	Posto de serviço	1	R\$ 6.201,85	R\$ 6.201,85
2		Dourados	Posto de serviço	1	R\$ 6.092,21	R\$ 6.092,21
3		Três Lagoas	Posto de serviço	1	R\$ 6.148,44	R\$ 6.148,44
4		Corumbá	Posto de serviço	1	R\$ 6.131,57	R\$ 6.131,57
	VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					R\$ 24.574,06
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA						
A	PERÍODO CONTRATADO (MESES)					30
	VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					R\$ 24.574,06
	VALOR ANUAL DOS SERVIÇOS (X 12)					R\$ 294.888,72
	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (X 30)					R\$ 737.221,80

Declaro que apresentaremos para a execução do futuro contrato a garantia na modalidade: (indicar dentre as modalidades previstas no § 1º do Art. 96 da Lei nº 14.133/21).	
--	--

No caso de não aceitação da apólice indicada como primeira opção (no caso de seguro), por não atender as disposições exigidas para a contratação, declaro como segunda opção a modalidade: (indicar dentre as modalidades previstas no § 1º do Art. 96 da Lei nº 14.133/21).	
---	--

OBSERVAÇÃO

Para o preenchimento desta planilha, basta preencher os campos em amarelo nas sete primeiras abas, contando esta, que os cálculos serão feitos automaticamente.

Recomenda-se que o licitante preencha a planilha mantendo as mesmas fórmulas já existentes. Se mesmo assim o licitante decidir por fórmulas diferentes das apresentadas, substituindo-as por outras, então deverá registrar o motivo (justificativa) da alteração e apresentar a memória de cálculo.

Para mais informações, consulte o Referencial Técnico de Custos na página da Auditoria Interna do MPU na internet: www.auditoria.mpu.br.

CUSTOS REFERENTES AOS SERVIÇOS CONTRATADOS

Dados referentes à licitação		
Nº do Processo	1.21.000.001996/2024-71	
Modalidade de Licitação nº (XX/AAAA)	Pregão Eletrônico nº	XX/2026
Data / Horário	XX/XX/20XX	HH:MM

Dados referentes à contratação					
A	Data de Apresentação da Proposta (DD/MM/AAAA)				XX/XX/20XX
B	Local de Execução (Sede, Anexo I ou II, PTM, PRM)	Sede – Campo Grande	PRM Dourados	PRM Três Lagoas	PRM Corumbá
C	Unidade da Federação				MS
D	Acordo, Conv. ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo (MM/AAAA)				1/2026
E	Número de Meses de Execução Contratual				30

Identificação do serviço				
Item	Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Empregados por Posto	Qtde Total a Contratar
1	Copeiragem – PRMS Campo Grande	Posto	1	1
2.	Copeiragem – PRM Dourados	Posto	1	1
3	Copeiragem – PRM Três Lagoas	Posto	1	1
4.	Copeiragem – PRM Corumbá	Posto	1	1
	TOTAL	Posto	1	4
Qual a base de cálculo do adicional de insalubridade (CCT ou Salário Mínimo)?				

Mão de obra	
1	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)5134-25
2	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)Asseio e conservação
3	Data-Base da Categoria (DD/MM/AAAA)1/1/2026
4	Salário Mínimo vigente no país (em R\$)1.621,00

CUSTOS POR EMPREGADO

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$) / %
A	Salário-Base (em R\$)	1.651,00
B	Adicional de Periculosidade (em %)	
C	Adicional Noturno (em %)	
D	Adicional de Insalubridade (em %)	
E	Gratificação de função – Copeira	97,13
F	Outras Remunerações 2 (Especificar)	
G	Outras Remunerações 3 (Especificar)	

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.2 – Encargos Previd. (GPS), FGTS e Outras Contribuições

2.2	Encargos Previd. (GPS), FGTS e Outras Contribuições	Multiplicador
C	FAP	1,0000

Nota 1: A licitante deverá apresentar documento comprovando o valor do FAP (Fator Acidentário de Prevenção) vigente.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Frequência / Opção	Valor (R\$) / %
A	Transporte		
A.1	Campo Grande	Diária	9,90
A.2	Dourados	Diária	6,00
A.3	Três Lagoas	Diária	8,00
A.4	Corumbá	Diária	7,40
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Diária	19,05
A empresa aderiu ao PAT? Caso positivo, qual o percentual adotado?			
C	Prêmio cesta básica (assiduidade)	Mensal	130,00
D	Outros Benefícios 2 (Especificar)		
E	Outros Benefícios 3 (Especificar)		

Nota 2: Benefícios de natureza assistencial que consistem em repasse para o sindicato e não são pagos diretamente ao empregado, como os benefícios social familiar e assistencial ao trabalhador (Cláusulas Décima Oitava e Décima Nona da CCT/MS da categoria de asseio e conservação 2026), por sua natureza, devem ser embutidos na taxa de administração da empresa e não no Módulo 2 da planilha de custos, seguindo o entendimento do Parecer Seori Audin-MPU nº 14/2019. O fato de tais custos não estarem contemplados no presente submódulo, mas embutidos no seu custeio, não exime a empresa do cumprimento de seus deveres. O benefício da Cláusula Décima Segunda – Prêmio cesta básica, dado por assiduidade, será descontado do valor a faturar no mês quando o funcionário não fizer jus. Item admitido na planilha conforme o Parecer AUDIN-MPU nº 310/2025.

Submódulo 2.4 - Intervalo Intra jornada

2.4	Intervalo Intra jornada	% / Minutos
A	Hora Extra (em %)	
B	Tempo de Intervalo para Refeição (em minutos)	

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%
A	Outras Ausências (Especificar em %)	

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	% / Minutos
A	Tempo de Intervalo para Refeição (em minutos)	

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	105,60
B	Materiais – insumos de limpeza	157,06
C	Materiais – insumos alimentícios	969,62
D	Materiais – insumos de copa (utensílios e copos descartáveis)	136,70
E	Equipamentos	33,33

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro (%)	PRMS CAMPO GRANDE	PRM DOURADOS	PRM TRÊS LAGOAS	PRM CORUMBÁ
A	Custos Indiretos	4,73	4,73	4,73	4,73

B	Lucro	5,57	5,57	5,57	5,57
C.1	PIS	0,65	0,65	0,65	0,65
C.2	Cofins	3	3	3	3
C.3	ISS	5	5	5	5

*Preencher Pis e Cofins na coluna PRMS Campo Grande

OBSERVAÇÃO

Para mais informações, consulte o Referencial Técnico de Custos, constante da página da Auditoria Interna do MPU na internet (www.auditoria.mpu.mp.br).

IN. UNIFORME

ANEXO						
PLANILHA : UNIFORMES						
CATEGORIA: COPEIRA						
Nº	Especificação do uniforme	Quantidade	Frequência de fornecimento no ano	Quantidade total anual	Valor Unitário	Valor Total do Item (QTE X VU)
1	Calça comprida, modelo social, na cor azul marinho ou preta	2	2	4	R\$ 113,24	R\$ 452,96
2	Camisa polo ou social, manga curta, na cor branca, confeccionado em tecido 100% natural de algodão ou linho ou em sintético desde que sem retenção de odor, com identificação da empresa	2	2	4	R\$ 68,57	R\$ 274,28
3	Agasalho/casaco com logotipo da empresa	1	1	1	R\$ 111,33	R\$ 111,33
4	Touca em rede (tipo filó), na cor preta	1	12	12	R\$ 12,39	R\$ 148,68
5	Avental longo, em tecido, protegendo a camisa e a calça, cor preta	2	1	2	R\$ 123,00	R\$ 246,00
6	Avental longo, em plástico, protegendo a camisa e a calça, cor neutra	1	1	1	R\$ 34,00	R\$ 34,00
7	Luva térmica	2	2	4	R\$ 41,87	R\$ 167,48
VALOR TOTAL						R\$ 1.267,25
VALOR MENSAL VM=VT/12						R\$ 105,60

Preencher somente os campos em amarelo.

IN. MAT. LIMPEZA

ANEXO									
MATERIAIS DE CONSUMO PARA SERVIÇO DE COPEIRAGEM PARA A SEDE DA PRMS (CAMPO GRANDE) E PARA AS PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DE DOURADOS, TRÊS LAGOAS E CORUMBÁ									
B	MATERIAIS – INSUMOS DE LIMPEZA								
Nº	Especificação dos materiais de limpeza para copeiragem	Unidade de medida	Campo Grande	Dourados	Três Lagoas	Corumbá	Quantidade Total	Preço Unitário	Preço Total
1	Água sanitária – embalagem 2 litros	Litro	1	1	1	1	4	R\$ 5,30	R\$ 21,20
2	Álcool comum (embalagem 500 ml)	Frasco	2	2	1	2	7	R\$ 6,12	R\$ 42,84
3	Balde 10 litros	Unidade	0,16	0,16	0,16	0,16	0,64	R\$ 9,41	
4	Coador de pano para café	Unidade	3	3	2	2	10	R\$ 7,69	
5	Detergente líquido biodegradável neutro para lavagem de louças em geral – frasco com 500ml	Frasco	15	13	5	6	39	R\$ 2,33	R\$ 90,87
6	Esponja de lã de aço (pacote com oito unidades)	Pacote	1	1	1	1	4	R\$ 1,69	R\$ 6,76
7	Esponja dupla face	Unidade	12	12	4	6	34	R\$ 3,99	R\$ 135,66
8	Escova de nylon manual com cerdas duras para pia	Unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1	R\$ 2,80	R\$ 2,80
9	Flanela branca	Unidade	2	2	2	2	8	R\$ 2,50	R\$ 20,00
10	Limpador multiuso tipo Veja	Frasco	2	2	1	1	6	R\$ 6,18	R\$ 37,08
11	Luvas de borracha	Par	2	2	2	2	8	R\$ 3,99	R\$ 31,92
12	Pano de chão	Unidade	3	3	2	2	10	R\$ 3,58	R\$ 35,80
13	Pano de prato em algodão	Unidade	6	4	2	2	14	R\$ 7,38	R\$ 103,32
14	Produto tipo sapólio cremoso	Unidade	1	1	0,5	0,5	3	R\$ 7,87	
15	Removedor de gordura	Frasco	0,25	0,25	0,25	0,25	1	R\$ 13,22	R\$ 13,22
16	Rodo para pia	Unidade	0,25	0,25	0,25	0,25	1	R\$ 6,96	R\$ 6,96
17	Sabão em barra - 200gr	Unidade	5	5	2	2	14	R\$ 4,50	R\$ 63,00
18	Sabão em pó multição – pacote com 500g	Pacote	1	1	1	1	4	R\$ 4,20	R\$ 16,80
VALOR MENSAL TOTAL									R\$ 628,23
NÚMERO DE EMPREGADOS NOS POSTOS DE COPEIRAGEM									4
VALOR MENSAL POR EMPREGADO (VME = VTM / Somatório do Nº de empregados na copeiragem)									R\$ 157,06

Preencher somente os campos em amarelo.

IN. ALIMENTOS

ANEXO									
C	MATERIAIS – INSUMOS ALIMENTÍCIOS								
Nº	Especificação dos gêneros alimentícios para copeiragem	Unidade de medida	Campo Grande	Dourados	Três Lagoas	Corumbá	Quantidade Total	Preço Unitário	Preço Total
1	Açúcar Cristal, pacote de 2 kg, sem impurezas. Marcas de referência: Sonora, União.	Pacote	6	4	1	1	12	R\$ 8,95	R\$ 107,40
2	conteúdo líquido mínimo de 60 a 65 ml. Composto de xilitol, sucralose, eritritol, taumatina ou stévia. Sem parabens. Marcas de referência: Linea, Zero-Cal, Adocyl e Finn.	Frasco	5	2	1	1	9	R\$ 8,22	R\$ 73,98
3	Café torrado e moído, em pacote de 500 gramas, com as seguintes características: torra média, moagem de fina à média, bebida encorpada. Marcas de referência: Café Três Corações tradicional, Café Melitta Tradicional e Café Brasileiro Tradicional.	Pacote	55	26	7	9	97	R\$ 29,53	R\$ 2.864,41
4	Chá mate (Ilex paraguariensis) tostado (folhas ou talos), caixa com 40 gramas, acondicionadas em 25 sachês de uso individual, prontos para infusão. Marcas de referência: Matte Leão, Qualidade.	Caixa	54	36	7	13	110	R\$ 7,57	R\$ 832,70
VALOR MENSAL TOTAL									R\$ 3.878,49
NÚMERO DE EMPREGADOS NOS POSTOS DE COPEIRAGEM									4
VALOR MENSAL POR EMPREGADO (VME = VTM / Somatório do Nº de empregados na copeiragem)									R\$ 969,62

Preencher somente os campos em amarelo.

OBSERVAÇÕES

- Os quantitativos de produtos alimentícios são meramente estimativos e serão faturados por medição, ou seja, será efetuado o pagamento conforme a quantidade efetivamente entregue no mês, após conferência pela fiscalização do contrato. A indicação de marcas dos materiais de consumo, insumos ou utensílios é uma referência utilizada pela Administração para ajudar na formação da proposta dos licitantes e como meio de indicar a qualidade mínima dos itens a serem fornecidos pela Contratada durante a execução.
- A Contratada não está obrigada a entregar as mesmas marcas referenciadas. Porém, durante a execução do contrato, caso entregue uma marca diferente daquelas indicadas, o produto deverá possuir padrão de qualidade igual ou superior ao item de referência. Nesse caso, o produto será previamente avaliado pela Administração para fins de aceitação. Para tanto, antes da entrega do pedido, deve ser enviada pela Contratada uma amostra para avaliação da Contratante.
- A não aceitação pela Administração do produto entregue pela Contratada não acarretará, em hipótese alguma, aumento dos custos do contrato.
- Caso haja desconformidade com os termos deste documento, a Contratada deverá trocar o produto no prazo de 48 horas.
- A Contratada deve se assegurar de manter a regularidade do fornecimento e ininterruptão dos serviços mesmo durante o tempo necessário para o fornecimento e aprovação das amostras.
- Durante a execução do Contrato, poderão ser entregues os mesmos produtos com diferenças quantitativas (p. exemplo: caixas de infusão em sachê com 20 unidades, em lugar de 25) desde que correspondam à mesma quantidade solicitada pela Contratante na soma total, tenham a mesma qualidade requerida neste TR, não importem em dificuldades de estoque e preparo e sejam aprovados pela fiscalização do contrato em registro por escrito. Também devem ser observadas as demais condições estabelecidas para os produtos neste TR, como as características de apresentação do alimento e informações de embalagem.
- A entrega dos materiais requisitados, quaisquer que sejam, deve ser feita pela Contratada diretamente a cada uma das quatro unidades do MPF/MS.
- A empresa deve informar aos fiscais técnicos e setoriais as datas de entrega dos produtos para possibilitar o acompanhamento, fornecendo-lhes, na ocasião da entrega, documento com a relação completa e quantidade do material entregue. Os valores referentes aos gêneros de alimentação serão pagos dentro da fatura mensal dos serviços prestados, após a quantificação e ateste dos fiscais do contrato.
- Os itens devem ser transportados em condições que garantam a sua integridade, evitando-se avarias ou perdas de qualidade. Não serão aceitos produtos com sinais de dano ou umidade.
- Caso as informações do rótulo e a apresentação dos produtos não sejam suficientes para a avaliação dos critérios estabelecidos, a Contratante poderá exigir da Contratada o fornecimento de laudo de avaliação quanto à qualidade e à sanidade emitido por laboratórios devidamente credenciados junto às autoridades competentes. As despesas relativas às análises físico-químicas, microbiológicas e bacteriológicas dos produtos correrão às custas da contratada.

IN. UTENSÍLIOS

ANEXO									
MATERIAIS - UTENSÍLIOS PARA COPA – QUANTIDADES TOTAIS A SEREM ENTREGUES NO INÍCIO DO CONTRATO									
Nº	Especificação dos materiais de copa	Unidade de medida	Campo Grande	Dourados	Três Lagoas	Corumbá	Quantidade Total	Preço Unitário	Preço Total
1	Açucareiro em aço inoxidável, com tampa	Unidade	6	5	5	3	19	R\$ 21,62	R\$ 410,78
2	Copo em vidro transparente, sem estampa e sem imperfeições, capacidade 240 ml	Unidade	160	95	50	50	355	R\$ 2,83	R\$ 1.004,65
3	Garrafa térmica corpo em aço inoxidável 1,8 litro	Unidade	6	6	4	3	19	R\$ 89,38	R\$ 1.698,22
4	Jarra para água, fabricada em aço inoxidável, com tampa também em inox, capacidade de 1,8 L a 2 litros	Unidade	4	7	5	3	19	R\$ 165,84	R\$ 3.150,96
5	Xícara de café, fabricada em porcelana branca, livre de imperfeições, formato cilíndrico, capacidade de 60 ml, acompanhada do pires do conjunto. Modelo de referência: Porcelana Schmidt, Brasília 228.	Unidade	160	96	56	56	368	R\$ 15,40	R\$ 5.667,20
6	Xícara de chá, fabricada em porcelana branca, livre de imperfeições, formato cilíndrico, capacidade de 200 ml, acompanhada do pires do conjunto. Modelo de referência: Porcelana Schmidt, Brasília 228.	Unidade	18	30	40	30	118	R\$ 24,17	R\$ 2.852,06
VALOR MENSAL TOTAL									R\$ 14.783,87
NÚMERO DE MESES DO CONTRATO									30
NÚMERO DE EMPREGADOS NOS POSTOS DE COPEIRAGEM									4
VALOR MENSAL POR EMPREGADO (VME = VTM / Somatório do Nº de empregados na copeiragem)									R\$ 123,20

Preencher somente os campos em amarelo.

ANEXO									
MATERIAIS - COPOS DESCARTÁVEIS – QUANTIDADES ESTIMADAS MENSAIS									
Nº	Especificação dos copos descartáveis	Unidade de medida	Campo Grande	Dourados	Três Lagoas	Corumbá	Quantidade Total	Preço Unitário	Preço Total
1	Copo descartável biodegradável ou oxibiodegradável com capacidade entre 180 e 200 ml para água	Pacote 100 unidades	4	4	0,5	1	9,5	R\$ 4,40	R\$ 41,80
2	Copo descartável biodegradável ou oxibiodegradável com capacidade de 50 ml para café	Pacote 100 unidades	2	2	0,5	2	6,5	R\$ 1,88	R\$ 12,22
VALOR MENSAL TOTAL									R\$ 54,02
NÚMERO DE EMPREGADOS NOS POSTOS DE COPEIRAGEM									4
VALOR MENSAL POR EMPREGADO (VME = VTM / Somatório do Nº de empregados na copeiragem)									R\$ 13,51

ANEXO									
MATERIAIS - UTENSÍLIOS PARA COZINHA E SERVIÇO									
Nº	Especificação dos materiais de copa	Unidade de medida	Campo Grande	Dourados	Três Lagoas	Corumbá	Quantidade Total	Preço Unitário	Preço Total
1	Carrinho em aço inoxidável para serviço de copa do tipo aberto, com três prateleiras, com bordas, rodas e alça	Unidade	1	1	1	1	4	R\$ 754,16	R\$ 3.016,64
2	Chaleira elétrica, material aço inoxidável, capacidade 1,80 litro, características adicionais: desligamento automático, interior em inox, jarra sem fio, base destacável, potência mínima de 1200 w, voltagem 110 v. Marca de referência: Eletrolux	Unidade	3	3	2	2	10	R\$ 120,66	R\$ 1.206,60
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS									R\$ 4.223,24
VALOR TOTAL DEPRECIADO (considerando valor residual de 10%) VTD=VTEx0,9									R\$ 3.800,92
VALOR MENSAL VM=(VTD/12*10 anos) (considerando vida útil de 10 anos)									R\$ 31,67
NÚMERO TOTAL DE EMPREGADOS NOS POSTOS DE COPEIRAGEM									4
VALOR MENSAL POR EMPREGADO (VME = VTM / Somatório do Nº de empregados na copeiragem)									R\$ 33,33

Preencher somente os campos em amarelo.

Obs:

Item 1. Manual Siafi 020330 – conta 12311.01.25

Item 2. Manual Siafi 020330 – conta 12311.03.01

DADOS ESTATÍSTICOS

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Dias / Horas / Minutos
E	Divisor de Horas (em horas)	220
F	Dias na Semana	7
G	Dias no Ano	365
I	Média Anual de Dias Trabalhados no Mês	15,2
J	Meses no Ano	12
K	Hora Normal (em minutos)	60
L	Hora Noturna (em minutos)	52,5

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Frequência	%
A	Desconto Remuneração Transporte	Mensal	
B	Dias Trabalhados 12 x 36 horas	Mensal	
C	Dias Trabalhados 44 horas	Mensal	

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	Dias / %
A	Pessoas demitidas sem justa causa / Total de desligamentos (em %)	62,9
B	Empregados que recebem aviso prévio indenizado (em %)	5,5
C	Multa do FGTS (em %)	40
D	Empregados que recebem aviso prévio trabalhado (em %)	94,4
E	Dias no mês	30

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Dias / %
A	Dias de Ausências Legais	
B	Dias de Licença-Paternidade	
C	Nascidos Vivos / População Feminina (em %)	1,4
D	Participação Masculina (em %)	86,4
E	Empregados afastados por acidente de trabalho (em %)	0,4
F	Dias pagos pela empresa em acidentes de trabalho	
G	Dias de Licença-Maternidade	12,5
H	Participação Feminina (em %)	13,5

OBSERVAÇÃO

Para mais informações, consulte o Referencial Técnico de Custos, constante da página da Auditoria Interna do MPU na internet (www.auditoria.mpu.mp.br).

ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias

2.1	13º Salário e Adicional de Férias	%	Memória de Cálculo
A	13º Salário	8,33	$(1/12) \times 100$
B	Adicional de Férias	2,78	$[(1/3)/12] \times 100$

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições

2.2	Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	%
A	INSS	20,00
B	Salário Educação	2,50
C	RAT x FAP*	3,00
D	SESC	1,50
E	SENAC	1,00
F	SEBRAE	0,60
G	INCRA	0,20
H	FGTS	8,00
TOTAL		36,80

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	%	Memória de Cálculo
A	Aviso Prévio Indenizado	0,29	$[(62,93\%) \times 5,55\% \times (1/12)] \times 100$
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02	$0,29\% \times 8,00\% \times 100$
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,11	$[(62,93\%) \times 5,55\% \times 40\% \times 8,00\% \times 100$
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,16	$[(62,93\%) \times 94,45\% \times (7/30)/12] \times 100$
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,43	$1,16\% \times 36,80\% \times 100$
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,90	$[(62,93\%) \times 94,45\% \times 40\% \times 8,00\% \times 100$

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Memória de Cálculo
A	Substituto na Cobertura de Férias	8,33	$(1/12) \times 100$
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	2,22	$[(8/30)/12] \times 100$
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02	$\{[(5/30)/12] \times 1,416\% \times 45,22\% \} \times 100$
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,02	$[(15/30)/12] \times 0,44\% \} \times 100$
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,02	$\{[(120/30)/12] \times 1,416\% \times 54,78\% \times 36,80\% \} \times 100$
F	Outras Ausências (Especificar em %)	0,00	

OBSERVAÇÃO

Para mais informações, consulte o Referencial Técnico de Custos, constante da página da Auditoria Interna do MPU na internet (www.auditoria.mpu.mp.br).

*FAP - Deverá estar previsto na proposta da empresa, diante e comprovada sua incidência posterior ao início da obra.

CUSTOS REFERENTES AO POSTO – SEDE PRMS CAMPO GRANDE

Dados referentes à licitação		
Nº do Processo	1.21.000.001996/2024-71	
Modalidade de Licitação	Pregão Eletrônico nº	XX/2026

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de Apresentação da Proposta (DD/MM/AAAA)	XX/XX/20XX
B	Local de Execução (Sede, Anexo I ou II, PTM, PRM)	Sede – Campo Grande
C	Acordo, Conv. ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo (MM/AAAA)	1/2026
D	Número de Meses de Execução Contratual	30
E	Quantidade de Postos	1

CUSTOS POR EMPREGADO

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Copeiragem – PRMS Campo Grande
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5134-25
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Asseio e conservação
4	Data-Base da Categoria (DD/MM/AAAA)	1/1/2026

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

EMPREGADOS POR POSTO	1
----------------------	---

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.651,00
B	Adicional de Periculosidade	0,00
C	Adicional de Insalubridade	0,00
D	Gratificação de função – Copeira	97,13
E	Outras Remunerações 2 (Especificar)	0,00
F	Outras Remunerações 3 (Especificar)	0,00
TOTAL		1.748,13

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias

2.1	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33	145,68
B	Adicional de Férias	2,78	48,56
TOTAL			194,24

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições

2.2	Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00	388,47
B	Salário Educação	2,50	48,56
C	RAT x FAP*	3,00	58,27
D	SESC	1,50	29,14
E	SENAC	1,00	19,42
F	SEBRAE	0,60	11,65
G	INCRA	0,20	3,88
H	FGTS	8,00	155,39
TOTAL			714,79

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	108,84
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	400,00
C	Prêmio cesta básica (assiduidade)	130,00
D	Outros Benefícios 2 (Especificar)	0,00
E	Outros Benefícios 3 (Especificar)	0,00
TOTAL		638,84

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

Assinado com login e senha por HEVERSON GOMES PEREIRA em 04/05/2026 15:14:06. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave b8ef58f1.c786fa9d.5282844e.e99937c3

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,29	5,65
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02	0,45
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,11	2,17
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,16	22,45
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,43	8,26
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,90	36,94
TOTAL			75,93

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	8,33	274,67
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	2,22	73,24
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02	0,56
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,02	0,61
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,02	0,78
F	Outras Ausências (Especificar em %)	0,00	0,00
TOTAL			349,86

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	105,60
B	Materiais – insumos de limpeza	157,06
C	Materiais – insumos alimentícios	969,62
D	Materiais – insumos de copa (utensílios e copos descartáveis)	136,70
E	Equipamentos	33,33
TOTAL		1.402,32

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,73	242,37
B	Lucro	5,57	298,91
C	Tributos	8,65	536,46
C.1	PIS	0,65	40,37
C.2	Cofins	3,00	186,06
C.3	ISS	5,00	310,09
TOTAL			1.077,74

QUADRO RESUMO - CUSTO POR EMPREGADO

MÓD.	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
1	Composição da Remuneração	1.748,13
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.547,87
3	Provisão para Rescisão	75,93
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	349,86
5	Insumos Diversos	1.402,32
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.077,74
VALOR TOTAL DO EMPREGADO		6.201,85
VALOR TOTAL POR POSTO		6.201,85
VALOR TOTAL DA CATEGORIA		6.201,85

CUSTOS REFERENTES AO POSTO – PRM DE DOURADOS

Dados referentes à licitação		
Nº do Processo	1.21.000.001996/2024-71	
Modalidade de Licitação	Pregão Eletrônico nº	XX/2026

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de Apresentação da Proposta (DD/MM/AAAA)	XX/XX/20XX
B	Local de Execução (Sede, Anexo I ou II, PTM, PRM)	PRM Dourados
C	Acordo, Conv. ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo (MM/AAAA)	1/2026
D	Número de Meses de Execução Contratual	30
E	Quantidade de Postos	1

CUSTOS POR EMPREGADO

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Copeiragem – PRM Dourados
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5134-25
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Asseio e conservação
4	Data-Base da Categoria (DD/MM/AAAA)	1/1/2026

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

EMPREGADOS POR POSTO	1
----------------------	---

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.651,89
B	Adicional de Periculosidade	0,00
C	Adicional de Insalubridade	0,00
D	Gratificação de função – Copeira	97,73
E	Outras Remunerações 2 (Especificar)	0,00
F	Outras Remunerações 3 (Especificar)	0,00
TOTAL		1.748,13

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias

2.1	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33	145,50
B	Adicional de Férias	2,78	48,50
TOTAL			194,00

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições

2.2	Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00	388,00
B	Salário Educação	2,50	48,50
C	RAT x FAP*	3,00	58,50
D	SESC	1,50	29,25
E	SENAC	1,00	19,50
F	SEBRAE	0,60	11,67
G	INCRA	0,20	3,89
H	FGTS	8,00	155,84
TOTAL			714,15

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	26,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	400,00
C	Prêmio cesta básica (assiduidade)	130,00
D	Outros Benefícios 2 (Especificar)	0,00
E	Outros Benefícios 3 (Especificar)	0,00

Para a autenticidade acesse o site: <http://www.tribunalmpf.com.br/validacaodocumento>. Chave: b8ef58f1e99937c3

CUSTOS REFERENTES AO POSTO – PRM DE TRÊS LAGOAS

Dados referentes à licitação		
Nº do Processo	1.21.000.001996/2024-71	
Modalidade de Licitação	Pregão Eletrônico nº	XX/2026

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de Apresentação da Proposta (DD/MM/AAAA)	XX/XX/20XX
B	Local de Execução (Sede, Anexo I ou II, PTM, PRM)	PRM Três Lagoas
C	Acordo, Conv. ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo (MM/AAAA)	1/2026
D	Número de Meses de Execução Contratual	30
E	Quantidade de Postos	1

CUSTOS POR EMPREGADO

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Copeiragem – PRM Três Lagoas
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5134-25
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Asseio e conservação
4	Data-Base da Categoria (DD/MM/AAAA)	1/1/2026

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

EMPREGADOS POR POSTO	1
----------------------	---

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.651,00
B	Adicional de Periculosidade	0,00
C	Adicional de Insalubridade	0,00
D	Gratificação de função – Copeira	97,13
E	Outras Remunerações 2 (Especificar)	0,00
F	Outras Remunerações 3 (Especificar)	0,00
TOTAL		1.748,13

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias

2.1	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33	145,68
B	Adicional de Férias	2,78	48,56
TOTAL			194,24

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições

2.2	Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00	388,47
B	Salário Educação	2,50	48,56
C	RAT x FAP*	3,00	58,27
D	SESC	1,50	29,14
E	SENAC	1,00	19,42
F	SEBRAE	0,60	11,65
G	INCRA	0,20	3,88
H	FGTS	8,00	155,39
TOTAL			714,79

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	68,94
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	400,00
C	Prêmio cesta básica (assiduidade)	130,00
D	Outros Benefícios 2 (Especificar)	0,00
E	Outros Benefícios 3 (Especificar)	0,00
TOTAL		598,94

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
---	------------------------	---	-------------

A	Aviso Prévio Indenizado	0,29	5,65
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02	0,45
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,11	2,17
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,16	22,45
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,43	8,26
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,90	36,94
TOTAL			75,93

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	8,33	271,34
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	2,22	72,36
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02	0,56
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,02	0,60
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,02	0,77
F	Outras Ausências (Especificar em %)	0,00	0,00
TOTAL			345,63

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	105,60
B	Materiais – insumos de limpeza	157,06
C	Materiais – insumos alimentícios	969,62
D	Materiais – insumos de copa (utensílios e copos descartáveis)	136,70
E	Equipamentos	33,33
TOTAL		1.402,32

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,73	240,28
B	Lucro	5,57	296,34
C	Tributos	8,65	531,84
C.1	PIS	0,65	39,96
C.2	Cofins	3,00	184,45
C.3	ISS	5,00	307,42
TOTAL			1.068,46

QUADRO RESUMO - CUSTO POR EMPREGADO

MÓD.	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
1	Composição da Remuneração	1.748,13
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.507,97
3	Provisão para Rescisão	75,93
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	345,63
5	Insumos Diversos	1.402,32
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.068,46
VALOR TOTAL DO EMPREGADO		6.148,44
VALOR TOTAL POR POSTO		6.148,44
VALOR TOTAL DA CATEGORIA		6.148,44

Dados referentes à licitação		
Nº do Processo	1.21.000.001996/2024-71	
Modalidade de Licitação	Pregão Eletrônico nº	XX/2026

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de Apresentação da Proposta (DD/MM/AAAA)		XX/XX/20XX
B	Local de Execução (Sede, Anexo I ou II, PTM, PRM)	PRM Corumbá	
C	Acordo, Conv. ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo (MM/AAAA)		1/2026
D	Número de Meses de Execução Contratual		30
E	Quantidade de Postos		1

CUSTOS POR EMPREGADO

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)		Copeiragem – PRM Corumbá
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5134-25	
3	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Asseio e conservação	
4	Data-Base da Categoria (DD/MM/AAAA)		1/1/2026

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

EMPREGADOS POR POSTO	1
----------------------	---

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.651,00
B	Adicional de Periculosidade	0,00
C	Adicional de Insalubridade	0,00
D	Gratificação de função – Copeira	97,13
E	Outras Remunerações 2 (Especificar)	0,00
F	Outras Remunerações 3 (Especificar)	0,00
TOTAL		1.748,13

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias

2.1	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33	145,68
B	Adicional de Férias	2,78	48,56
TOTAL			194,24

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições

2.2	Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00	388,47
B	Salário Educação	2,50	48,56
C	RAT x FAP*	3,00	58,27
D	SESC	1,50	29,14
E	SENAC	1,00	19,42
F	SEBRAE	0,60	11,65
G	INCRA	0,20	3,88
H	FGTS	8,00	155,39
TOTAL			714,79

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	56,34
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	400,00
C	Prêmio cesta básica (assiduidade)	130,00
D	Outros Benefícios 2 (Especificar)	0,00
E	Outros Benefícios 3 (Especificar)	0,00
TOTAL		586,34

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,29	5,65
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,02	0,45

C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,11	2,17
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,16	22,45
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,43	8,26
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	1,90	36,94
TOTAL			75,93

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na Cobertura de Férias	8,33	270,29
B	Substituto na Cobertura de Ausências Legais	2,22	72,08
C	Substituto na Cobertura de Licença-Paternidade	0,02	0,55
D	Substituto na Cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,02	0,60
E	Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade	0,02	0,76
F	Outras Ausências (Especificar em %)	0,00	0,00
TOTAL			344,29

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	105,60
B	Materiais – insumos de limpeza	157,06
C	Materiais – insumos alimentícios	969,62
D	Materiais – insumos de copa (utensílios e copos descartáveis)	136,70
E	Equipamentos	33,33
TOTAL		1.402,32

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,73	239,62
B	Lucro	5,57	295,53
C	Tributos	8,65	530,38
C.1	PIS	0,65	39,86
C.2	Cofins	3,00	183,95
C.3	ISS	5,00	306,58
TOTAL			1.065,53

QUADRO RESUMO - CUSTO POR EMPREGADO

MÓD.	Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
1	Composição da Remuneração	1.748,13
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.495,37
3	Provisão para Rescisão	75,93
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	344,29
5	Insumos Diversos	1.402,32
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.065,53
VALOR TOTAL DO EMPREGADO		6.131,57
VALOR TOTAL POR POSTO		6.131,57
VALOR TOTAL DA CATEGORIA		6.131,57

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP 172/2017

NOME EMPRESA:

CNPJ:

NOME DECLARANTE:

CPF:

CARGO:

DECLARO, nos termos da Resolução nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação junto ao Ministério Público Federal, que:

() O quadro societário desta empresa **NÃO POSSUI** cônjuge(s), companheiro(s) ou parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou ainda de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, consoante Resolução nº 172/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.

() O quadro societário desta empresa **POSSUI**, cônjuge(s), companheiros(as) ou parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, abaixo identificado(s):

Nome do Membro/Servidor:

Cargo:

Órgão de Lotação:

Grau de Parentesco:

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

....., de de 2026.

.....

Assinatura e carimbo da empresa

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

DECLARAÇÃO

A Empresa (razão social da Empresa), CNPJ nº por meio de seu representante o(a) Sr(a), identidade nº, CPF nº, declara, sob as penalidades da lei, que cumpre as disposições relacionadas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Eletrônico PRMS nº 01/2026, referentes ao compromisso e a responsabilidade com a Sustentabilidade Social e Ambiental.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

....., de de 2026.

.....
(Assinatura do Representante da Empresa)

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

DECLARAÇÃO

A (SETOR DA PRMS/PRM), declara que a empresa CNPJ nº, através do seu Representante Legal, o Sr.(a), portador do RG nº, inscrito no CPF nº, compareceu nas dependências do edifício-sede da Procuradoria da República (indicar em qual unidade foi realizada vistoria) e verificou o objeto do Pregão Eletrônico PRMS nº 01/2026, tomando conhecimento de todas as características físicas do local e condições do objeto a ser entregue.

..... de de 2026.

.....
(Assinatura do Responsável da PR/MS)
Coordenador de Administração ou Coordenador de PRM

Declaro ter realizado a vistoria para participação no Pregão Eletrônico PRMS nº 01/2026, ocasião em que me foram prestadas todas as informações solicitadas, estando ciente das condições e características do objeto a ser entregue, conforme especificações constantes no Edital de Licitação.

.....
(Assinatura do Representante da Empresa)

ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

DECLARAÇÃO

A Empresa (razão social da Empresa), CNPJ nº por meio de seu representante o(a) Sr(a), portador do RG nº, inscrito no CPF nº, declara, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais inerentes ao cumprimento das obrigações objeto do Pregão Eletrônico PRMS nº 01/2026 e que se responsabiliza pela falta de informação que prejudique a sua proposta.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

....., de de 2026.

.....
(Assinatura do Representante da Empresa)

ANEXO VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO, NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTOJUVENIL E NÃO DISCRIMINAÇÃO

DECLARAÇÃO

A Empresa (razão social da Empresa), CNPJ nº por meio de seu representante o(a) Sr(a), portador do RG nº, inscrito no CPF nº, sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente no Pregão Eletrônico PRMS nº 1/2026, DECLARA:

() Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:

- a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e
- os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

() Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:

- o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
- o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT);
- os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
- a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990;
- o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

() Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

..... de de 2026.

.....
(Assinatura do Representante da Empresa)

ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA ENQUADRAMENTO COMO EPP, NO EXERCÍCIO, EM CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DECLARAÇÃO

A Empresa (razão social da Empresa), CNPJ nº por meio de seu representante o(a) Sr(a), portador do RG nº, inscrito no CPF nº, sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente no Pregão Eletrônico PRMS nº 1/2026, DECLARA que, no ano-calendário de realização da presente licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em observância do § 2º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

....., de de 2026.

.....
(Assinatura do Representante da Empresa)

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COPEIRAGEM NA PRMS E PRM'S, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO DO SUL, E A EMPRESA

A UNIÃO FEDERAL, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, inscrita no CNPJ nº 26.989.715/0017-70, situada à Avenida Afonso Pena, 4.444, Campo Grande/MS, neste ato representada pela sua Secretária Estadual (nome), (nacionalidade), (estado civil), portadora da Carteira de Identidade RG nº , inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº , no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria nº 382, de 05 de maio de 2015, do Exmo. Sr. Secretário-Geral do Ministério Público Federal, e, de outro lado, a empresa , com sede na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº , neste ato representada pelo(a) seu/sua..... (Cargo) (nome), (nacionalidade), (estado civil), portador(a) da Carteira de Identidade RG nº , inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº , residente e domiciliado em/UF, conforme (documento que dá poderes), doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o contido no Procedimento de Gestão Administrativa MPF PR/MS nº 1.21.000.001996/2024-71, Pregão Eletrônico Nº 01/2026, nos termos da Lei nº 14.133/21 e das demais normas aplicáveis, têm, entre si, justo e avençado, e celebram o presente Contrato, na forma de execução indireta, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação do seguinte serviço de natureza contínua: copeiragem para atendimento da Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul (Campo Grande) e das Procuradorias da República nos Municípios de Dourados, Três Lagoas e Corumbá, a ser executado com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026.

PARÁGRAFO ÚNICO

Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026 e ao seu Termo de Referência, identificados no preâmbulo, à proposta da CONTRATADA, e aos documentos constantes do processo nº 1.21.000.001996/2024-71, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) meses**, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação; e
- f) Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Todos os custos amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser ajustados na planilha de custos a partir do 13º mês.

Destacadamente, citam-se como custos amortizados no primeiro ano o aviso-prévio trabalhado e o aviso prévio indenizado, que após esse período deverão ser reduzidos para 10% da provisão original, e quaisquer outros que sejam pagos integralmente no decorrer do primeiro ano.

O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Sujeitando-se a CONTRATADA ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Dentro da vigência do Contrato estão previstos todos os serviços e as demais obrigações e prazos contidos no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026, bem como os procedimentos de recebimentos provisório e definitivo. Destaca-se que os serviços contratados só poderão ser executados durante a vigência do Contrato, não restando nenhuma obrigação para as partes contratantes após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No início de cada exercício financeiro, a continuidade do Contrato deve ser avaliada, sujeita à disponibilidade de recursos orçamentários para o próximo exercício e à certificação, por parte da autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem favoráveis para a Administração. É permitida a negociação com a CONTRATADA ou a rescisão do Contrato sem encargos para ambas as partes, conforme estipulado na CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO CONTRATUAL

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme disposto no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços ora contratados, o valor global estimado de R\$ XXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX), de conformidade com as planilhas constantes do Anexo II do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026, sendo o valor mensal conforme abaixo:

Categoria	Unidade	Qtd de Postos	Valor Mensal
Copeira(o)	PRMS CAMPO GRANDE	01	R\$
	PRM DOURADOS	01	R\$
	PRM TRÊS LAGOAS	01	R\$
	PRM DE CORUMBÁ	01	R\$
VALOR TOTAL MENSAL			R\$

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026, anexo a este Contrato

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- 1) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 2) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 4) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 5) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 7) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8) Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
 - a) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - b) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;
 - c) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;
 - d) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - e) demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

- f) prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.
- 9) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
- 10) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 11) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADA;
- 12) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 13) Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pela CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO ÚNICO

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 1) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 2) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 3) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 5) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 6) Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 7) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 10) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 11) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 13) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 14) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 15) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 16) Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 17) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 18) Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 19) Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 20) Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 21) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 22) Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 23) Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 24) Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 24.1) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 25) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função

na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

26) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

27) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

28) Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

29) Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

30) Garantir o acesso da CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

31) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

32) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

33) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

34) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

35) Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso;

36) Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

37) Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

38) Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;

39) Autorizar a CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

40) Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

41) Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;

42) Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;

43) Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;

44) Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciantes contra retaliações;

45) Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;

46) Apresentar à CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;

47) Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;

48) Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

49) Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

50) Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

51) Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

52) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

53) Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

53.1) Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

53.2) Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRATADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

54) Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

55) São expressamente vedadas à CONTRATADA:

a) A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

b) Manter entre seus empregados colocados à disposição do Ministério Público para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução CNMP nº 177/2017, que proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no quadro dos serviços auxiliares do MP de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral;

c) A subcontratação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras

constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

A CONTRATANTE, atuando como controlador, e a CONTRATADA, atuando na condição de operadora, comprometem-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

No tratamento de dados pessoais que forem confiados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:

- 1) realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pela CONTRATANTE;
- 2) adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas da CONTRATANTE e nos instrumentos contratuais, tais como:
 - a) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade,
 - b) anonimização, pseudonimização e criptografados dados pessoais, quando aplicável,
 - c) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e
 - d) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;
- 3) manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;
- 4) facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;
- 5) permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pela CONTRATANTE ou por quem por ele autorizado; ou comprovar a conformidade com a LGPD, quando requerida pela CONTRATANTE;
- 6) compartilhar com a CONTRATANTE qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;
- 7) comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE, com tolerância de no máximo 2 dias úteis, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - a) data e hora do incidente,
 - b) data e hora da ciência pela CONTRATADA,
 - c) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente,
 - d) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos,
 - e) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido,
 - f) descrição das possíveis consequências do incidente, e

g) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;

8) informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;

9) anonimizar ou devolver para a CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;

10) não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização da CONTRATANTE, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;

11) caso autorizada a subcontratação, impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;

12) não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização da CONTRATANTE; e

13) registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.

A CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados à CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para a CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 1) Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 2) Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 3) Das indenizações e multas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

PARÁGRAFO QUARTO

O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

- a) a garantia contratual – prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
- b) os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica a CONTRATADA obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las à CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

A CONTRATANTE poderá ainda:

- 1) nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 2) nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO

O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

PARÁGRAFO SEXTO

O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a CONTRATANTE, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

A CONTRATADA é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- a) Gestão/Unidade:
- b) Fonte de Recursos:
- c) Programa de Trabalho:
- d) Elemento de Despesa:
- e) Plano Interno:
- f) Nota de Empenho:

PARÁGRAFO ÚNICO

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021 e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA APROVAÇÃO

Este Contrato somente terá eficácia depois de aprovado pelo Exmº Senhor Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria nº 382, de 05 de maio de 2015, do Exmo. Sr. Secretário-Geral do Ministério Público Federal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

O Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado de Mato Grosso do Sul é o competente para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir no cumprimento das obrigações aqui estabelecidas, que não possam ser dirimidas administrativamente.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do

(Assinado digitalmente)

Secretaria Estadual

Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul

(Assinado digitalmente)

Nome/Cargo do Representante Legal da Empresa

Nome da Empresa

TESTEMUNHAS:

(Assinado digitalmente)

Nome:

CPF:

(Assinado digitalmente)

Nome:

CPF:

ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL E O BANCO BRASIL S/A, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DO “DEPÓSITO EM GARANTIA”, VINCULADO A OBRIGAÇÕES, NOS TERMOS DA RECOMENDAÇÃO CNMP Nº 55, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, com sede Avenida Afonso Pena, nº 4.444, Bairro Jardim dos Estados, CEP 79.020-907, Campo Grande-MS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 26.989.715/0017-70, neste ato representada por sua Autoridade Competente,, portador da Carteira de Identidade nº, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria nº 382, de 05 de maio de 2015, do Exmo. Sr. Secretário-Geral do Ministério Público Federal, doravante denominada **MPF-PR/MS**, e o **BANCO DO BRASIL S/A**, sociedade de economia mista, inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, com sede em Brasília (DF), daqui por diante denominado **BANCO**, neste ato representado por seu Gerente, portador da Carteira de Identidade nº, CPF nº resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPF - PR/MS)**, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas que será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no que couber, bem como pelas demais normas que regem a matéria, incluído o Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, e consoante disposto no Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.21.000.001922/2024-345, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. **CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho.
2. **Partícipes** – referência ao **MPF – PRMS** e **BANCO do Brasil S.A.**
3. **Proponente** – pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com o **MPF – PRMS**.
4. **Rubricas** – itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pelo **MPF – PRMS**.
5. **Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação** – cadastrada em nome dos Proponentes de cada contrato firmado com o **MPF – PRMS**, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
6. **Usuário(s)** – servidor(es) do **MPF – PRMS**, e por ele formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pelo **BANCO**, dos critérios para abertura de contas-depósitos específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pelo **MPF – PR/MS**, bem como viabilizar o acesso do **MPF – PR/MS** aos saldos e extratos das contas abertas.

Para cada Contrato será aberta uma conta-depósito vinculada em nome do Proponente do Contrato.

2. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pelo **MPF – PR/MS**, pagos aos Proponentes dos Contratos e será denominada Conta-depósito Vinculada – bloqueada para movimentação.

3. A movimentação dos recursos na Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação – será providenciada exclusivamente à ordem do **MPF – PR/MS**

4. Será facultada para o **MPF – PR/MS** a movimentação de recursos da Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação – para a Conta Única do Tesouro Nacional.

5. A coleta e tratamento de dados do **MPF – PR/MS** pelo BANCO se dará conforme cláusulas descritas no Anexo IX do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FLUXO OPERACIONAL

O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

1º) **MPF – PR/MS** firma o Contrato com os Proponentes.

2º) **MPF – PR/MS** envia ao BANCO arquivo em meio magnético, em leiaute específico previamente acordado entre o **MPF – PR/MS** e o BANCO para abertura de Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação – em nome do Proponente que tiver Contrato firmado.

3º) BANCO recebe arquivo transmitido pelo **MPF – PR/MS** e abre Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação –, em nome do Proponente para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências do BANCO no território nacional.

4º) BANCO envia para o **MPF – PR/MS** arquivo retorno em leiaute específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação – aberta em nome do Proponente, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos.

5º) **MPF – PR/MS**, excepcionalmente e quando não for possível o cadastramento da conta por meio dos sistemas do BANCO, envia Ofício, na forma do Anexo I do presente instrumento, à agência do BANCO, solicitando o cadastramento manual da conta-depósito – bloqueada para movimentação.

6º) O BANCO recebe o ofício do **MPF – PR/MS** e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.

7º) **MPF – PR/MS** credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pelo **MPF – PR/MS** na Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação –, mantida exclusivamente nas agências do BANCO, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pelo **MPF – PR/MS** e pelo BANCO.

8º) **MPF – PR/MS** solicita ao BANCO a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Instrumento.

9º) BANCO acata solicitação de movimentação financeira na Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação – efetuada pela **MPF – PR/MS** confirmando por meio de ofício, nos moldes indicado no Anexo V deste Instrumento.

10º) BANCO disponibiliza para a **MPF – PR/MS** aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos da Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação –, após autorização expressa do **MPF – PR/MS**, para recebimento de chave senha de acesso a sistema eletrônico.

10.1. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

10.1.1. O acesso do **MPF – PR/MS** às Contas-Depósito Vinculadas – Bloqueadas para Movimentação – fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência do BANCO.

10.1.2. Os recursos depositados nas Contas-Depósito Vinculadas – Bloqueadas para Movimentação – serão remunerados conforme índice de correção da poupança pro rata die.

10.1.3. Eventual alteração da fórmula de cálculo da poupança implicará na revisão deste acordo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO MPF/MS

Ao **MPF – PR/MS** compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento do BANCO, onde está estabelecido o vínculo jurídico com o BANCO, para amparar a utilização de qualquer aplicativo.
2. Designar, por meio de ofício, conforme Anexo VII do presente Instrumento, até no máximo 4 (quatro) servidores para os quais o BANCO disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento setor público, com poderes somente para consultas aos saldos e extratos das Contas-Depósito Vinculadas –Bloqueadas para Movimentação.
3. Remeter ao BANCO arquivos em leiaute específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das contas-depósito vinculadas –bloqueadas para movimentação.
4. Remeter ofícios à Agência do BANCO, solicitando, excepcionalmente, o cadastramento de Contas-Depósito Vinculadas – Bloqueadas para Movimentação –, em nome dos Proponentes.
5. Remeter ofícios à Agência do BANCO, solicitando a movimentação de recursos das Contas-depósito Vinculadas – bloqueadas para movimentação.
6. Comunicar aos Proponentes, na forma do Anexo VIII do presente instrumento, o cadastramento das Contas-Depósito Vinculadas – Bloqueadas para Movimentação –, orientando-os a comparecer à Agência do BANCO, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo VI deste instrumento, para que o **MPF – PR/MS** possa ter acesso aos saldos e extratos da conta-depósito vinculada, bem como solicitar movimentações financeiras.
7. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de Autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e extratos das Contas-depósito Vinculadas –bloqueadas para movimentação.
8. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pelo BANCO.
9. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de Autoatendimento do BANCO.
10. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de Autoatendimento do BANCO.
11. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de Autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.
12. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
13. Comunicar tempestivamente ao BANCO qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de Autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
14. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos do BANCO possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de Autoatendimento.
15. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de Autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes do **MPF – PR/MS**, que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do BANCO.

CLÁUSULA QUINTA – DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO BANCO

Ao BANCO compete:

1. Disponibilizar os sistemas de Autoatendimento para o **MPF – PR/MS**;

2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de Autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas, pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário;
3. Informar para o **MPF – PR/MS** quaisquer alterações nos serviços oferecidos pelo BANCO, por intermédio dos sistemas de Autoatendimento;
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento; o cadastramento de Contas-Depósito Vinculadas – Bloqueadas para Movimentação;
5. Gerar e encaminhar, via sistema de Autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento de Contas-Depósito Vinculadas – Bloqueadas para Movimentação;
6. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento;
7. Informar para o **MPF – PR/MS** os procedimentos adotados, em atenção aos ofícios recebidos.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da divulgação no Portal Nacional de Contratações ou no Diário Oficial da União, bem como na página eletrônica do MPF – PR/MS, prorrogável, sucessivamente, por até 10 (dez) anos, conforme disposto nos arts. 91, 94, 106 e 107, todos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O Ministério Público Federal – PR/MS providenciará a divulgação deste Termo de Cooperação Técnica e seus aditivos em sua página eletrônica, bem como os trâmites necessários à sua publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em vista do disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, e conforme orientação do Acórdão nº 2458/2021 – Plenário do Tribunal de Contas da União, caso não seja possível, a publicação se dará no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pelo foro da Justiça Federal de Campo Grande-MS.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmaram o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito. Procedimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

As partes, seus servidores/empregados e seus subcontratados se obrigam a adotar no tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, as medidas de segurança técnica, jurídica e administrativa aptas a proteger tais dados de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação, bem como garantir a confidencialidade dos dados coletados, em conformidade com o disposto na Lei nº 13.709/2018 – LGPD e da Portaria PGR/MPF nº 661, de 12 de agosto de 2022.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O tratamento de dados pessoais objeto do presente acordo será realizado para o cumprimento de obrigações legais, a execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos ou instrumentos congêneres, realização de estudos e exercício regular de direitos em processos judiciais, administrativos e arbitrais (art. 7º, incisos II, III, IV e VI da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

PARÁGRAFO SEGUNDO

O tratamento de dados pessoais sensíveis objeto do presente acordo será realizado para o cumprimento de obrigação legal; a execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos; a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis; o exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral; proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros; garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. da Lei nº 13.709/2018 e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais (art. 11, inciso II, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “g” da LGPD).

PARÁGRAFO TERCEIRO

Para os fins dispostos na LGPD e na Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), as partes, em comum acordo, se comprometem a manter política de conformidade junto ao seu quadro de servidores/empregados, pelo que deverão:

- a) implementar medidas técnicas e administrativas, para conferir segurança aos dados pessoais e dados pessoais sensíveis objetos de tratamento decorrente do presente Acordo, especialmente para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- b) elaborar relatório de impacto à proteção de dados pessoais, caso solicitado pelo partícipe;
- c) comunicar ao partícipe, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de ameaça, incidente ou violação de dados pessoais e dados pessoais sensíveis objetos de tratamento decorrente do presente Acordo;
- d) criar planos de resposta a incidentes que envolvam dados pessoais e dados pessoais sensíveis objetos de tratamento decorrente do presente Acordo;
- e) não disponibilizar nem garantir acesso aos dados pessoais e dados pessoais sensíveis de que trata o presente Acordo para entes, entidades, órgãos ou pessoas, sem a autorização da contraparte, ressalvada a possibilidade de compartilhamento de dados a órgãos integrantes do Poder Judiciário ou do Ministério Público;
- f) cumprir as normas, recomendações, orientações acerca de segurança da informação e proteção de dados pessoais aplicáveis;
- g) disponibilizar ao partícipe todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste Acordo, bem como permitir e contribuir, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais;
- h) observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

PARÁGRAFO QUARTO

Será garantida a transparência (art. 6º, VI, LGPD) e os direitos dos titulares no compartilhamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis objetos do presente instrumento, por meio de informações claras, precisas, de fácil acesso, a serem divulgadas nos sítios eletrônicos do MPF e do BANCO, ressalvadas as hipóteses de exclusão previstas em seu art. 4º da LGPD.

PARÁGRAFO QUINTO

Na interpretação e na aplicação da presente cláusula e de outras que digam respeito à proteção dos dados pessoais, deverão ser consideradas as hipóteses de exclusão previstas no art. 4º da LGPD, notadamente quanto aos dados pessoais compartilhados para fins de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais, observada a necessidade de adoção de medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, observados o devido processo legal, os princípios gerais de proteção e os direitos do titular.

(Assinado digitalmente)

Autoridade Competente

Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul

(Assinado digitalmente)

Nome/Cargo do Representante do Banco

Nome do Banco

TESTEMUNHAS:

(Assinado digitalmente)

Nome:

CPF:

(Assinado digitalmente)

Nome:

CPF:

ANEXO I DA MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Ofício nº ____/____ – (MPF – PR/MS)

_____, ____ de _____ de 202__.

A(o) Senhor(a) Gerente
(nome do gerente)
(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, firmado com essa instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação –, em nome do Proponente a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por este **MPF – PR/MS**:

CNPJ: _____

Razão Social: _____

Nome	Personalizado:	_____	Representante	Endereço:
_____	_____	_____	_____	Legal:
_____	_____	CPF	do	Legal:
_____	_____	_____	Representante	_____

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas do **MPF – PR/MS**
ou do servidor previamente designado pelo ordenador

ANEXO II DA MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

_____, ____ de _____ de 202_.

Senhor _____,

Em atenção ao ofício _____ informamos que o representante legal da empresa _____, CNPJ _____ deverá comparecer à agência _____ para assinar o contrato da abertura de conta – depósito vinculada para Depósitos Vinculados a Obrigações, destinada a receber créditos ao amparo da Recomendação nº 55, de 28/03/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº _____.

Ratificamos que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº _____ firmado com o BANCO, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação do **MPF – PR/MS**.

Gerente

Ao Senhor
Nome e cargo do representante do **MPF – PR/MS**.
Endereço

ANEXO III DA MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

_____, _____

Senhor,

Informamos abaixo os dados para abertura de conta-depósito vinculada à empresa _____, CNPJ _____ na Agência _____ do BANCO do Brasil, prefixo _____, destinada a receber os créditos ao amparo da Recomendação nº 55, de 28/03/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público:

Tipo de Garantia: 0001 – Contratos Administrativos

Evento de Garantia: _____

Agência: _____

Conveniente Subordinante _____

Cidade/Município: _____

Comunicamos que essa Corte poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal do BANCO, sítio _____.

Ratificamos que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação do **MPF – PR/MS**.

Atenciosamente,

Gerente

ANEXO IV DA MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Ofício nº ____/20__

_____, ____ de _____ de 202__.

A(o) Senhor(a) Gerente
(nome do gerente)
(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ _____ da conta nº _____ da agência nº _____ de titularidade de _____ (nome do Proponente) _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por este **MPF – PR/MS**, e CREDITAR na seguinte conta-depósito:

BANCO
Agência
Conta
CPF/CNPJ

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas do **MPF – PR/MS**
ou do servidor previamente designado pelo ordenador

ANEXO V DA MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Ofício/Carta nº _____ (número sequencial)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor _____,
(nome do representante do **MPF – PR/MS**)

Em atenção ao seu Ofício nº _____/20__, de ____/____/20__, informo a efetivação de DÉBITO na Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação – de nº _____ da agência nº _____ do BANCO e CRÉDITO na seguinte conta-depósito:

CREDITAR

BANCO	Agência	Conta	CPF/CNPJ
-------	---------	-------	----------

Atenciosamente,

(nome do Gerente)
Nº da Agência do BANCO

ANEXO VI DA MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A U T O R I Z A Ç Ã O

À Agência _____ do BANCO _____
(endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que o **MPF – PR/MS** solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na Conta-depósito vinculada nº _____ – bloqueada para movimentação –, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado com o **MPF – PR/MS**, bem como tenha acesso irrestrito dos saldos da referida Conta-depósito, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da Conta-depósito

ANEXO VII DA MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Ofício nº _____/20____

_____, ____ de _____ de 20____

A(o) Senhor(a) Gerente
(nome do gerente)
(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de Autoatendimento desse BANCO, para os servidores a seguir indicados:

CPF	Nome	Documento/Poderes
-----	------	-------------------

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas do **MPF – PR/MS**
ou do servidor previamente designado pelo ordenador

ANEXO VIII DA MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Ofício nº ____/20__

_____, ____ de _____ de 20__.

A(o) Senhor(a)

(nome do Proprietário da empresa contratada pelo **MPF – PR/MS**)

(endereço da empresa com CEP)

Senhor Sócio-Proprietário,

Informo que solicitamos a abertura da Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação –, pertencente ao CNPJ sob nº _____, na Agência nº _____ do BANCO _____, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado entre essa empresa e este **MPF – PR/MS**.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em, no máximo, 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação, de acordo com as normas do BANCO Central, bem como assinar os documentos indicados pelo BANCO e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito deste **MPF – PR/MS** aos saldos da referida conta-depósito, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-depósito.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula _____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas do **MPF – PR/MS**
ou do servidor previamente designado pelo ordenador